

NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 – Contexto operacional

a) Informações gerais

A Duratex S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações listadas no Novo Mercado, negociadas sob o código DTEX3 na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Iniciou suas atividades em 1951, com sede em São Paulo - SP, controlada pela Itaúsa S.A., com atuação destacada no setor financeiro e industrial, e Bloco Seibel, que possui relevante atuação no mercado de varejo e distribuição de insumos para construção civil e marcenaria, atuando ainda na construção e locação de empreendimentos imobiliários.

A Duratex e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) têm como atividades principais a produção de painéis de madeira (Divisão Madeira) e louças, metais sanitários e chuveiros (Divisão Deca) e Divisão Revestimentos Cerâmicos. Conta atualmente com dezesseis unidades industriais no Brasil e três unidades industriais na Colômbia, através de sua controlada Duratex S.A. (atual denominação da Tablemac S.A.), mantendo filiais nas principais cidades brasileiras e subsidiárias comerciais nos Estados Unidos, Bélgica e Peru.

A Divisão Madeira opera com quatro unidades industriais no País e três na Colômbia, responsáveis pela produção de painéis de MDP (painéis de média densidade particulados), painéis de MDF e HDF (painéis de média e alta densidade de fibra), pisos laminados da marca Durafloor e componentes semiacabados para móveis.

A Divisão Deca opera com oito unidades industriais no País, responsáveis pela produção de louças, metais sanitários e chuveiros, com as marcas Deca, Hydra, Belize, Elizabeth e Hydra Corona.

A Divisão Revestimentos Cerâmicos opera com quatro unidades industriais no País, responsáveis pela produção de revestimentos cerâmicos, com as marcas Ceusa, Cecrisa e Portinari.

b) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Duratex S.A. e suas controladas (controladora e consolidado) foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de fevereiro de 2021.

c) COVID-19 “Coronavírus”

A Companhia, por meio de comunicados ao mercado e fato relevante, vem atualizando seus acionistas e mercado em geral sobre as medidas implementadas pela Administração no gerenciamento da pandemia do COVID-19.

Adicionalmente ao atendimento às determinações governamentais nos níveis Federal, Estadual e Municipal, a Companhia instituiu um Comitê de Crise e vem gerenciando uma série de iniciativas com o objetivo de minimizar os impactos à nossa comunidade e promover aos nossos colaboradores segurança sanitária e psicológica, por meio de protocolos rígidos, ações de conscientização e planos robustos de comunicação, que orientem constantemente sobre as medidas preventivas de combate ao coronavírus.

Esse mesmo comitê, vem monitorando os impactos econômicos desta pandemia que podem afetar seus resultados. Em 31 de dezembro de 2020, podemos destacar:

(1) reforço de caixa pela captação de empréstimos (notas 5 - 17 a);

(2) prorrogação temporária dentro do ano de prazos de clientes, parcialmente mitigados com prorrogação junto a fornecedores e prorrogação de impostos, já normalizados ao final do 4º tri. Em 31 de dezembro de 2020, não há mais saldo de impostos prorrogados, restando um efeito positivo no caixa de R\$ 1,2 milhão pela redução efetiva no recolhimento do sistema 'S' (Senai, Sesi, Sest, Senat e Senar), gerado pelas medidas adotadas pelo Governo.

(3) *Impairment* de ativos;

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia manteve R\$ 3,7 milhões (nota 6) de provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, e não identificou necessidade de *impairment* nos ativos financeiros, nos estoques, nos ágios e impostos diferidos, tendo tomado por base projeções atualizadas disponíveis na data de fechamento destas demonstrações que justificam a manutenção dos valores.

(4) Retorno da capacidade operacional aos níveis pre COVID;

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava operando com todas as suas unidades industriais, o processo de retomada das unidades suspensas, se deu de forma gradual a partir do final do mês de abril de 2020. A Companhia retomou a capacidade operacional com nível de utilização ainda superior ao registrado no período pre COVID. Entre outros fatores que afetaram o resultado da Companhia, importante mencionar também o efeito da variação cambial no período.

(5) Doações;

A Companhia, por intermédio de suas marcas voltadas para o segmento de construção e arquitetura, uniu-se a grandes empresas nacionais e projetos governamentais para fortalecer o cenário de atendimento de saúde em diversas regiões do país somando R\$ 7,2 milhões a valor de custo. O grupo realizou contribuições a 20 iniciativas em todo o país, beneficiando hospitais de campanha e ações sociais. Somente em produtos das marcas Deca, Hydra, Duratex/Duraflor, Ceusa e Portinari já foram doados 12.800 itens.

Cabe destacar que apesar dos impactos mencionados, a Companhia mantém suas atividades operacionais e continua acompanhando e avaliando os impactos desta pandemia em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos em seus resultados.

Nota 2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como área plantada e número de unidades, entre outros, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que apesar dos impactos e da incerteza na duração da pandemia COVID-19 ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Foram preparadas seguindo o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

2.2 – Consolidação

2.2.1 – Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

(a) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); ii) exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: i) o acordo contratual com outros

detentores de voto da investida; ii) direitos originados de acordos contratuais; e iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as empresas: Duratex S.A. e suas controladas diretas: Duratex Florestal Ltda., Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda., Cerâmica Urussanga S.A. (Ceusa), Duratex North America Inc., Duratex S.A. (atual denominação da Tablemac S.A.), Estrela do Sul Participações Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Bale Comércio de Produtos para Construção S.A., Trento Administração e Participações S.A., Duratex Europe N.V., Duratex Andina S.A.C., Viva Decora Internet S.A., e suas controladas indiretas: Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A., Tablemac MDF S.A.S. e Forestal Rio Grande S.A.S..

(b) Combinação de negócios

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida como ganho diretamente na demonstração do resultado do exercício.

As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(c) Transações e participações de não controladores

São registradas de maneira idêntica às operações com acionistas do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor dos ativos líquidos da controladora é registrada no patrimônio líquido (em transações de capital com sócios), bem como os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores.

(d) Investimento em entidade controlada em conjunto (joint operation)

A Duratex Florestal Ltda. controlada da Duratex S.A. que detém 100% de seu capital, e a Usina Caeté S.A., mantém contrato de associação para conjuntamente controlarem a Caetex Florestal S.A., *joint operation* criado para a formação de florestas de eucalipto no Nordeste do Brasil. Essa associação terá prazo de 39 anos e cada sócio possui 50% de participação do capital total da Caetex Florestal S.A..

2.2.2 – Pronunciamentos novos ou revisados em 2020

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.3 – Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, suportada pelo Conselho de Administração.

2.4 – Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, exceto, quando essas variações forem utilizadas como operações de *hedge* de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos;
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.5 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 – Ativos financeiros

2.6.1 – Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo.

Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

2.6.2 – Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

2.6.3 – Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 – Impairment de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 – Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da Companhia é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a Companhia designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

2.8 – Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades do Grupo. São registradas, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida acrescidas, quando aplicável, de

variação cambial. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado e deduzidas das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Referem-se, na sua totalidade, a operações de curto prazo e assim não são ajustadas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas Demonstrações Financeiras. Estima-se que o valor justo destas contas a receber seja substancialmente similar ao seu valor contábil.

A PECLD é constituída com base em análise individual dos valores a receber considerando, principalmente: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.

Uma vez que os recebíveis não possuem componente de financiamento significativo, com base em uma abordagem simplificada, a PECLD é registrada sobre toda a vida do recebível realizando a aplicação de um percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) segmento; (ii) data de faturamento; e (iii) data de vencimento.

A matriz de risco será revisada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

A PECLD é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na rubrica "Outras Receitas e Despesas", na Demonstração do Resultado.

2.9 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 – Ativos intangíveis

Os grupos de contas que compõem o ativo intangível são os seguintes:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida em uma combinação de negócios. Esse ágio não é amortizado contabilmente e somente é baixado por alienação ou por *impairment*, através de teste anual para identificar a necessidade de registro de perdas. Ainda, tal ágio é realizado (amortizado) para fins fiscais, tendo por base a legislação vigente, sendo que o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido é constituído.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) para fins de *impairment*. A alocação é feita para Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Marcas e patentes

As marcas registradas e licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

Relações com clientes – carteira de clientes

As relações com clientes são reconhecidas apenas em uma combinação de negócios, pelo valor justo na data da aquisição. As relações com clientes têm vida útil definida e, portanto, são amortizadas. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. São amortizadas durante sua vida útil estimada.

2.11 – Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronto líquido da depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil-econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

2.12 – Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC's).

2.13 – Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme nota 15. Para plantações imaturas (até um ano de vida),

considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada no resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria na demonstração de resultado.

2.14 – Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.15 – Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

2.16 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

2.17 – Benefícios aos empregados

(a) Planos de previdência privada e saúde

A Companhia e algumas de suas controladas oferecem plano de contribuição definida a todos os colaboradores, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários. A Companhia já ofereceu Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado ao ingresso de novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, a Companhia e suas controladas não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

A Companhia oferece planos que foram contributários, atualmente com co-participação aos seus colaboradores e respectivos dependentes, restando ainda como plano contributário o centro de distribuição de Tubarão-SC. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, 10 e 09 operadoras de saúde totalizavam 24.889 e 21.973 vidas respectivamente (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei 9.656/98.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), segundo o qual recebe os serviços dos executivos como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções outorgadas, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício no qual os serviços dos executivos são prestados e o direito é adquirido.

O valor justo das opções outorgadas é calculado na data da outorga das opções e, a cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que espera sejam emitidas, com base nas condições de aquisição de direitos.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida

como passivo e uma despesa operacional nos resultados quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.18 – Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago na aquisição de ações para manutenção em tesouraria, inclusive quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas, vendidas ou utilizadas para fazer face ao plano de opções (*Stock Options*).

2.19 – Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir, tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

(a) Vendas de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

2.20 – Variação do valor justo dos ativos biológicos

São reconhecidas pela modificação de valoração dos volumes previstos em ponto de colheita, pelos preços atuais do mercado em função das estimativas de volumes.

2.21 – Arrendamentos

De acordo com CPC 06 (R2) – IFRS 16, um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

2.22 – Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício ou em períodos intermediários conforme deliberado pelo Conselho de Administração, e seu saldo é

apurado considerando como base o dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, portanto líquido de valores aprovados e pagos durante o exercício.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Reunião do Conselho de Administração.

Nota 3 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição das estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização das informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização dos créditos tributários diferidos, *impairment* nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos e provisão para contingências, teste de *impairment* de ágio, benefícios de planos de previdência e saúde, entre outras.

As principais estimativas e premissas que podem apresentar risco, com probabilidade de causar ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo:

a) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

O Grupo adotou várias estimativas para avaliar suas reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 33,8 milhões, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 6,0 milhões, líquido dos efeitos tributários.

b) Perda (impairment) estimada do ágio

A Companhia e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada nas notas 2.10 e 2.12. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

c) Benefícios de planos de previdência e saúde

O valor atual dos ativos/passivos relacionados a planos de previdência e saúde depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

d) Provisão para contingências

O Grupo constitui provisão para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias com base na avaliação da probabilidade de perda que é efetuada por seus consultores jurídicos. Os montantes contabilizados são atualizados e a Administração do Grupo acredita que as provisões constituídas até a data de fechamento são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e administrativos em andamento.

e) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas nas projeções da Administração, que são revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

Nota 4 – Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

Assim, a gestão de riscos segue as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, inclusive com o acompanhamento pelo Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos. A Companhia e suas controladas dispõem de procedimentos para administrar essas situações e podem utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pelo Grupo têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

Risco de Mercado

(I) Risco cambial: O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia e suas controladas possuem uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetiva minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(II) Operações com derivativos: Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

a) Contrato de SWAP IPCA+prefixada x CDI

A Companhia possui dois contratos com valor agregado de R\$ 35.207 com vencimentos em 15/12/2028 com posição ativa em IPCA + taxa prefixada e posição passiva em CDI.

A controlada Duratex Florestal possui dois contratos com valor agregado de R\$ 48.688 com vencimentos em 15/12/2028 com posição ativa em IPCA + taxa prefixada e posição passiva em CDI.

A Companhia e sua controlada Duratex Florestal contrataram essas operações com o objetivo de transformar dívidas com taxas IPCA + prefixada de juros em dívidas indexadas ao CDI.

b) Contrato de NDF (Non Deliverable Forward)

A Companhia possui contratos dessa modalidade, cujo valor totaliza US\$ 32.500 mil com vencimentos até 24/05/2021 e posição vendida em Dólar.

A Companhia contratou estas operações com o objetivo de mitigar a exposição cambial do seu fluxo de caixa em moeda estrangeira. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (Ptax).

c) Cálculo do valor justo das posições

O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do Swap.

	Valor de Referência (nacional)		Valor Justo		Efeito acumulado em 31/12/2020	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/ pago
I. Contratos de Swaps						
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (USD)	-	3.000	-	3.323	-	-
Taxa Pré-Fixada	-	385.000	-	395.208	-	-
IPCA +	83.895	94.382	93.520	103.336	9.553	-
Posição Passiva						
CDI	(83.895)	(482.382)	(83.967)	(487.081)	-	-
II. Contratos de Futuro (NDF)						
Compromisso de Venda						
NDF	173.629	106.550	173.341	106.210	5.239	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão registrados no resultado da Companhia.

d) Análise de sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” representando 25% e 50% possível e remoto, respectivamente, de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da B3, nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio e as taxas de juros. Foram utilizados o dólar médio de R\$ 5,1856 e o CDI médio de 7,17% a.a..

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade					
		Valores em R\$ Mil			
Risco	Instrumento/Operação	Descrição do risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
De taxa de Juros	SWAP - IPCA+ / CDI	Aumento CDI	9.675	(9.478)	(32.424)
	Objeto de "hedge": empréstimo em taxas IPCA+		(9.675)	9.478	32.424
	Efeito Líquido		-	-	-
Cambial	NDF (US\$)	Queda US\$	6	42.139	84.272
	Objeto de "hedge": excedente de exportação - importação (US\$)	(aumento US\$)	(402)	(49.964)	(99.526)
	Efeito Líquido		(396)	(7.825)	(15.254)
Total			(396)	(7.825)	(15.254)

(III) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nessas taxas. Esse risco é monitorado continuamente com o objetivo de se avaliar eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra a volatilidade das mesmas.

a) Risco de Crédito

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados, a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, o Grupo tem como política trabalhar com instituições financeiras de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem política de endividamento que tem por objetivo definir os limites e parâmetros de endividamento e disponível mínimo que a mesma deve manter, sendo este último o maior dos seguintes valores: montante equivalente a 60 dias de receita líquida consolidada do último trimestre ou, serviço da dívida mais dividendos e ou juros sobre o capital próprio previstos para os próximos seis meses.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente através do monitoramento dos fluxos de caixa.

O quadro abaixo demonstra o vencimento de determinados passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras:

	Controladora			Consolidado			
	Menos de 1 ano	2022 e 2023	2024 a 2028	Menos de 1 ano	2022 e 2023	2024 a 2028	2029 em diante
31/12/2020							
Empréstimos/ Debêntures	580.957	763.319	1.267.039	654.218	1.504.085	1.326.873	12.464
Fornecedores	863.856	-	-	1.089.575	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	39.288	-	-	437	-	-	-
Total	1.484.101	763.319	1.267.039	1.744.230	1.504.085	1.326.873	12.464

A projeção orçamentária para o próximo exercício, aprovada pelo Conselho de Administração, demonstra capacidade e geração de caixa para cumprimento das obrigações.

4.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas fazem a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas, inclusive pela otimização do custo de capital e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao valor da dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A -Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.412.885	2.000.919	3.205.721	2.948.540
de curto prazo	530.270	720.025	573.384	871.865
de longo prazo	1.882.615	1.280.894	2.632.337	2.076.675
B-(-) Caixa e equivalentes de caixa	1.041.484	459.310	1.728.413	1.243.223
C=(A-B) Dívida líquida	1.371.401	1.541.609	1.477.308	1.705.317
D- Patrimônio líquido	5.186.852	4.930.863	5.188.364	4.932.168
C/D=Índice de alavancagem financeira	26%	31%	28%	35%

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 (R1) / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação de seu critério de mensuração. Como a Companhia só possui instrumentos derivativos de nível 2, utiliza-se das seguintes técnicas de avaliação:

- O valor justo de “swap” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por categoria/nível:

	Custo amortizado		Passivos financeiros		Passivos financeiros designados a valor justo		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ATIVOS								
Equivalentes de caixa	1.464.144	1.032.803	-	-	-	-	1.464.144	1.032.803
Contas a receber de clientes	1.229.995	1.102.800	-	-	-	-	1.229.995	1.102.800
Contas a receber de partes relacionadas	9.320	32.409	-	-	-	-	9.320	32.409
Depósitos vinculados	66.706	62.123	-	-	-	-	66.706	62.123
Total	2.770.165	2.230.135	-	-	-	-	2.770.165	2.230.135
PASSIVOS								
Empréstimos/ debêntures	-	-	3.121.754	2.461.459	83.967	487.081	3.205.721	2.948.540
Dividendos/JCP	-	-	127.988	116.800	-	-	127.988	116.800
Total	-	-	3.249.742	2.578.259	83.967	487.081	3.333.709	3.065.340

Nota 5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	37.680	30.521	151.469	99.914
Bancos contas remuneradas de controladas no exterior	-	-	112.800	110.506
Aplicações em renda fixa	942	843	80.345	74.992
Certificados de depósitos bancários	1.002.862	427.946	1.383.799	957.811
Total	1.041.484	459.310	1.728.413	1.243.223

O saldo de aplicações financeiras está representado por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI e títulos no exterior em dólares remunerados com base em taxa de juros. Os certificados de depósitos bancários (CDB) são remunerados em média às taxas aproximadas ao CDI e embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração.

Nota 6 – Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Clientes no país	816.918	771.820	1.115.367	1.004.183
Clientes no exterior	84.811	80.797	187.251	169.721
Impairment no contas a receber de clientes	(57.150)	(55.139)	(72.623)	(71.104)
Total de clientes - Terceiros	844.579	797.478	1.229.995	1.102.800
Total de clientes - Partes Relacionadas	73.100	82.335	9.320	32.409
Total contas a receber	917.679	879.813	1.239.315	1.135.209

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora								Consolidado							
	31/12/2020								31/12/2020							
	Vencidos						Impairment no contas a receber de clientes	Total	Vencidos						Impairment no contas a receber de clientes	Total
A vencer	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	A vencer			Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias			
Cientes no país	739.918	19.629	2.475	3.861	4.851	46.184	(55.878)	761.040	1.010.555	30.644	4.881	5.447	6.880	56.960	(66.334)	1.049.033
Cientes no exterior	43.512	33.284	4.276	23	1.343	2.373	(1.272)	83.539	108.952	54.103	9.398	2.517	4.921	7.360	(6.289)	180.962
Partes relacionadas	33.469	16.084	6.507	12.103	3.814	1.123	-	73.100	7.616	785	472	-	56	391	-	9.320
Total	816.899	68.997	13.258	15.987	10.008	49.680	(57.150)	917.679	1.127.123	85.532	14.751	7.964	11.857	64.711	(72.623)	1.239.315
	31/12/2019								31/12/2019							
	Vencidos						Impairment no contas a receber de clientes	Total	Vencidos						Impairment no contas a receber de clientes	Total
	A vencer	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias			A vencer	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias		
Cientes no país	690.544	22.241	3.994	2.601	8.673	43.767	(54.304)	717.516	903.431	26.702	4.224	3.492	11.104	55.230	(68.657)	935.526
Cientes no exterior	43.572	16.747	5.576	5.711	4.647	4.544	(835)	79.962	114.948	24.866	9.484	6.840	5.940	7.643	(2.447)	167.274
Partes relacionadas	56.297	7.792	6.697	3.281	5.580	2.688	-	82.335	31.960	15	11	99	50	274	-	32.409
Total	790.413	46.780	16.267	11.593	18.900	50.999	(55.139)	879.813	1.050.339	51.583	13.719	10.431	17.094	63.147	(71.104)	1.135.209

A Companhia e suas controladas possuem Política de Crédito, que tem o objetivo de estabelecer os procedimentos a serem seguidos na concessão de crédito para a venda de produtos e serviços, no mercado interno e externo.

A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando o histórico de uma empresa, sua capacidade como tomadora de crédito, informações de mercado e relatórios de *bureaus* de crédito.

A classificação de risco acontece com base nos modelos dos *bureaus* externos, tanto para mercado interno como para mercado externo, e estão refletidos na régua abaixo, de A a D, na qual A indica os clientes de mais baixo risco e D os clientes de mais alto risco.

A parcela de clientes com *impairment* em contas a receber (provisão para perdas de créditos esperadas) está classificada separadamente.

Classificação	31/12/2020	31/12/2019
A	20%	18%
B	16%	16%
C	58%	60%
D	1%	1%
<i>Impairment</i> no contas a receber	5%	5%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

Apresentamos a seguir a movimentação do *impairment* no contas a receber de clientes (provisão para perdas de crédito esperadas), de acordo com as diretrizes do IFRS 9 para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(55.139)	(62.891)	(71.104)	(74.631)
Aquisição da controlada - Cecrisa	-	-	-	(10.710)
(Constituição) reversão	(20.030)	(9.245)	(25.053)	(11.359)
Baixa de títulos	18.019	16.997	23.534	25.596
Saldo final	(57.150)	(55.139)	(72.623)	(71.104)

Nota 7 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	183.035	234.842	323.583	427.137
Matérias-primas	270.546	189.179	366.440	267.202
Produtos em elaboração	128.343	108.828	164.611	139.494
Almoxarifado geral	102.723	111.961	118.363	124.566
Adiantamentos a fornecedores (*)	13.267	20.624	9.927	1.725
Perda estimada na realização dos estoques (-)	(40.164)	(73.602)	(58.181)	(106.831)
Total	657.750	591.832	924.743	853.293

(*) No consolidado, foram eliminados os adiantamentos da Controladora para a Controlada Duratex Florestal Ltda..

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(73.602)	(18.843)	(106.831)	(26.920)
Aquisição da controlada - Cecrisa	-	-	-	(36.684)
Constituições	(34.661)	(87.158)	(53.035)	(99.127)
Reversões	26.940	-	42.858	22.954
Baixas	41.159	32.399	60.462	33.120
Variação cambial	-	-	(1.635)	(174)
Saldo final	(40.164)	(73.602)	(58.181)	(106.831)

Nota 8 – Valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fundação Itaúsa Industrial (1)	5.278	2.806	5.278	2.806
Venda de fazendas/Imóveis e outros ativos (2)	3.194	1.500	48.557	12.500
Retenção de valores na aquisição de empresas	2.381	2.381	2.381	2.381
Sinistros a receber	7.684	432	7.693	446
Venda de energia elétrica	3.323	7.362	4.387	7.583
Crédito de rebate	414	415	414	415
Demais valores a receber	6.805	3.196	10.718	5.929
Total Circulante	29.079	18.092	79.428	32.060
Fundação Itaúsa Industrial (1)	7.120	5.613	7.120	5.613
Venda de empresa controlada	18.200	18.200	18.200	18.200
Venda de fazendas/Imóveis (2)	4.402	1.926	28.514	72.953
Fomento nas operações florestais (3)	-	-	9.943	10.430
Valores a receber dos sócios participantes das SCP's	-	-	5.206	5.206
Ativos indenizáveis (4)	17.365	17.365	17.365	17.365
Retenção de valores na aquisição de empresas	33.649	30.925	33.866	30.925
Demais valores a receber	791	2.648	4.355	6.501
Total Não Circulante	81.527	76.677	124.569	167.193

(1) Crédito da revisão do plano de benefício definido da Fundação Itaúsa Industrial;

(2) Saldos relativos as vendas de ativos imobilizados, principalmente de fazendas;

(3) Modalidade de plantio de floresta na qual a empresa fornece ao fomentado, insumos e assistência técnica, bem como manutenção, conforme estabelecido em contrato;

(4) Valores contabilizados na aquisição das controladas Ceusa e Massima, relativos a direitos de receber dos ex-proprietários em caso de a Duratex ter desembolsos futuros oriundos da referida aquisição.

Nota 9 – Impostos e contribuições a recuperar

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários federais e estaduais a recuperar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social a compensar	76.301	63.315	100.885	96.874
ICMS/ PIS/ COFINS sobre aquisição de Imobilizado (*)	8.698	7.494	12.342	10.703
PIS e COFINS a compensar	3.236	17.813	6.483	33.991
ICMS e IPI a recuperar	16.919	7.359	44.116	33.514
Outros	8.766	5.181	12.630	11.140
Total circulante	113.920	101.162	176.456	186.222
ICMS/ PIS/ COFINS sobre aquisição de Imobilizado (*)	13.136	11.159	17.732	16.542
Total não circulante	13.136	11.159	17.732	16.542

(*) O ICMS e o PIS/COFINS a compensar foram gerados substancialmente na aquisição de ativos destinados ao imobilizado para as plantas industriais. Conforme legislações vigentes, as compensações se darão nos prazos de 12 e 24 meses para o PIS e COFINS e 48 meses para o ICMS.

Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e sobre a aplicação dos CPC's/IFRS. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, no montante de R\$ 32.949 de créditos detidos pela controlada Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda..

O quadro abaixo demonstra os valores do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, registrados em 31 de dezembro de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	91.068	66.400	131.776	98.714
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	27.826	12.793	50.081	25.023
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	19.558	9.221	22.097	11.013
Provisões para perdas nos estoques	13.655	25.024	17.069	33.000
Provisão de comissões a pagar	1.853	1.784	3.429	4.067
Provisões diversas	28.176	17.578	39.100	25.611
Ativo de imposto diferido a ser recuperado acima de 12 meses	299.133	321.676	393.211	424.593
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	107.978	134.047	124.253	163.614
Provisões temporariamente indedutíveis:				
Provisões de encargos trabalhistas diversos	30.638	28.856	46.021	41.955
Provisões fiscais	46.889	29.729	54.930	32.445
Provisões cíveis	-	-	21.555	22.449
<i>Impairment</i> de imobilizado	36.578	54.249	49.916	70.585
Provisão para <i>impairment</i> no contas a receber de clientes	4.606	7.416	6.017	9.495
Provisão para perdas em investimentos	492	492	492	492
Provisão sobre benefício pós emprego	11.130	15.480	17.032	24.389
Provisão sobre valor justo financiamento	912	2.108	2.960	3.801
Imposto de renda sobre lucros no exterior	43.823	34.895	43.823	34.895
Amortização sobre mais valia de ativos	15.284	13.755	20.868	13.755
Provisões diversas	803	649	5.344	6.718
Total de ativos de impostos diferidos	390.201	388.076	524.987	523.307
Passivo não circulante				
Reserva de reavaliação	(17.791)	(18.639)	(63.043)	(66.533)
Ajuste a valor presente de financiamento	(1.271)	(2.467)	(3.786)	(4.160)
Resultado do SWAP (caixa x competência)	(2.206)	(1.095)	(2.414)	(1.142)
Imposto de renda - depreciação acelerada	-	-	(25.690)	(27.779)
Venda de imóvel	-	-	(1.463)	(1.392)
Ativo biológico	(59.491)	-	(168.067)	(171.972)
Carteira de clientes Satipel	(27.344)	(34.801)	(27.344)	(34.801)
Valor justo previdência complementar	(30.053)	(34.141)	(32.529)	(37.524)
Carteira de clientes Tablemac	-	-	(4.184)	(3.790)
Mais valia de ativos	(4.770)	(5.261)	(24.728)	(24.306)
Atualizações de depósitos judiciais	(6.560)	(6.383)	(6.978)	(6.691)
Outros	(10.454)	(10.540)	(22.807)	(24.561)
Total de passivos de impostos diferidos	(159.940)	(113.327)	(383.033)	(404.651)
Total líquido ativo diferido	230.261	274.749	285.618	331.570
Total líquido passivo diferido	-	-	(143.664)	(212.914)

Demonstrativo da realização estimada dos ativos de impostos diferidos.

Ano	Controladora	Consolidado
2021	91.068	131.776
2022	34.163	55.399
2023	47.293	71.330
2024	55.430	70.740
2025	63.731	66.133
2026	59.790	61.800
2027	38.726	40.535
2028	-	27.274
Total	390.201	524.987

A realização estimada dos ativos de impostos diferidos tem por base estudos elaborados pela Administração do Grupo, que demonstram a capacidade de cada uma das entidades detentoras dos respectivos créditos tributários em gerar resultados tributários futuros.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2019 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	274.749	118.656
(Despesas) e receitas de impostos diferidos	13.551	23.763
Atualização aquisição da controlada Cecrisa	-	436
IR/CS cisão parcial Duratex Florestal	(64.944)	-
Estorno referente parte do pagamento do PERT IOF 2017	181	181
Transferência de IRPJ no exterior	8.929	8.929
IR/CS referente benefício pós emprego(*)	(1.787)	(3.630)
Ajuste de IR/CS sobre reserva de reavaliação (*)	-	(1.189)
Variação cambial na conversão de balanços de empresas no exterior(*)	(418)	(5.192)
Saldo em 31.12.2020 - líquido de IR/CS diferido de ativos e passivos	230.261	141.954

(*) Registrado como resultado abrangente no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos:

No ativo não circulante	230.261	285.618
No passivo não circulante	-	(143.664)

Nota 11 – Partes relacionadas

a) Saldos e operações com empresas controladas

Descrição	Controladas diretas													
	Duratex Florestal		Hydra Corona		Duratex Andina		Cerâmica Urussanga		Duratex Colômbia		Duratex North America		Duratex Europe	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo														
Clientes (1)	5	81	16	13	-	1.108	41	-	13.505	8.949	50.549	39.731	-	-
Valores a receber (2)	209	151	192	157	-	-	146	48	-	-	-	-	6.130	4.354
Mútuo c/ controladas (3)	5	12	38	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo														
Fornecedores (4)	29.550	20.999	7.528	6.277	52	208	-	-	172	167	1.986	153	-	-
Contas a pagar	1.000	1.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado														
Vendas (5)	13	6	435	2.015	2.672	1.256	41	111	54.859	46.123	97.212	58.083	-	-
Compras (6)	(280.645)	(246.356)	(135.411)	(94.829)	-	-	(35)	(21)	-	-	-	-	-	-
Financeiro	9	(26)	3	4	1.011	188	-	6	4.742	1.527	10.133	1.464	-	-

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (5);

(2) R\$ 6.130 referente venda de ações da Duratex Belgium à Duratex Europe;

(3) Operações de mútuo realizadas em condições acordadas entre as partes com o objetivo de centralização de caixa;

(4) Valores a pagar pela aquisição de matéria prima ou produtos mencionados no item (6) ou créditos a serem reembolsados para Peru, Estados Unidos e Colômbia;

(5) Fornecimentos de produtos no mercado interno e no Peru, Estados Unidos, Canadá e Colômbia;

(6) Aquisição regular de madeira cortada de Eucalipto para produção de painéis de madeira (Duratex Florestal), aquisição de produtos linha Hydra para revenda e aquisição de produtos da linha Revestimentos para consumo.

Descrição	Controladas indiretas		Controle Compartilhado		Coligada
	Cecrisa Revestimentos		LD Florestal (*)		LD Celulose (*)
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Ativo					
Cientes (1)	57	44	-	-	393
Valores a receber (2)	-	-	-	-	-
Ativo biológico	-	-	-	-	30.866
Passivo					
Passivos de arrendamento partes relacionadas	-	-	-	260.266	-
Fornecedores	-	-	-	-	437
Resultado					
Vendas (3)	417	44	-	-	-
Compras	(292)	-	-	-	(1.049)
Custos com arrendamentos (4)	-	-	(1.987)	(23.698)	-

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas mencionadas no item (3);

(2) Valores a receber referente reembolso de despesas;

(3) Fornecimentos de produtos no mercado interno;

(4) Referem-se aos custos com os contratos de subarrendamento rural firmados pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a LD Florestal S.A. relativos aos terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esses arrendamentos totalizam R\$ 2.190, sendo R\$ 1.987, líquidos de PIS/COFINS.

(*) Empresas não consolidadas, controle compartilhado e coligada.

b) Saldos e operações com a controladora

Descrição	Itaúsa S.A.	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Cientes (1)	16	11
Passivo		
Aluguel a pagar	862	-
Resultado		
Vendas (2)	72	33
Despesas de aluguel (3)	(4.295)	(4.470)
Outros resultados (4)	(325)	(591)

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas no mercado interno;

(2) Vendas no mercado interno;

(3) Despesas com aluguel de salas no edifício sede da Companhia;

(4) Serviços contratados de análises e planejamento econômico.

c) Operações com coligadas – garantias prestadas

Complementarmente aos avais e fianças da nota 18c, a Companhia, concedeu garantias em operações da sua coligada LD Celulose S.A., em 31 de dezembro de 2020 o saldo era: 1) fiança de R\$ 222,5 milhões junto ao Banco Bradesco, para os aportes de capital. 2) aval de R\$ 141,5 milhões junto a vários bancos para operações de Hedge e 3) aval de R\$ 827,3 milhões junto a vários bancos para financiamento.

d) Outras partes relacionadas

DESCRIÇÃO	Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.		Ligna Florestal Ltda.	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				
Clientes (1)	8.911	32.398	-	-
Passivo				
Passivos de arrendamento partes relacionadas	-	-	29.970	29.166
Resultado				
Vendas (2)	124.383	125.013	-	-
Custos com arrendamentos (3)	-	-	(2.903)	(2.788)

(1) Valores a receber de clientes sobre vendas no mercado interno;

(2) Vendas no mercado interno;

(3) Referem-se aos custos com os contratos de arrendamento rural firmados pela controlada Duratex Florestal Ltda. com a Ligna Florestal Ltda. (controlada pela Companhia Ligna de Investimentos) relativos aos terrenos que são utilizados para reflorestamento. Os encargos mensais relativos a esses arrendamentos totalizam R\$ 269, sendo R\$ 244 líquidos de PIS/COFINS, valores que são reajustados anualmente, conforme estabelecido em contrato. Tais contratos possuem vencimento em julho de 2036, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos e serão reajustados anualmente pela variação do INPC/IBGE.

DESCRIÇÃO	Itaú Unibanco		Itaú BBA S.A.	Itaú Corretora de Valores	Fundação Itaú Social
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2020
Ativo					
Aplicações financeiras (1)	48.628	42.740	-	-	-
Passivo					
Outros passivos (2)	2.640	5.280	-	-	-
Empréstimos (3)	515.444	-	-	-	-
(-) Custo na emissão de debêntures	-	-	(2.391)	-	-
Resultado					
Rendimentos de aplicações (4)	2.486	2.337	-	-	-
Despesas financeiras (5)	(53)	(56)	-	-	-
Juros apropriado (6)	(19.327)	-	-	-	-
Doações (7)	-	-	-	-	(5.000)
Despesas com escrituração de ações	-	-	-	(497)	-

(1) Aplicações financeiras no Itaú Unibanco, efetuadas nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração da Companhia;

(2) Prestação de serviços e pagamento;

(3) Empréstimo no Itaú Unibanco, efetuado nas condições acordadas entre as partes e dentro dos limites estabelecidos pela Administração;

(4) Rendimento de aplicações financeiras sobre as aplicações mencionadas no item (1);

(5) Despesas com cobranças de títulos;

(6) Juros apropriados no período sobre empréstimo mencionado no item (3);

(7) Doação para projeto "Todos pela saúde", ação no combate à pandemia da COVID-19.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes.

As transações entre partes relacionadas são avaliadas por Comitê composto por conselheiros independentes.

Em 31 de dezembro de 2020 não houve a necessidade de constituição de *impairment* (provisão para créditos de liquidação duvidosa) envolvendo operações com partes relacionadas.

e) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga ou a pagar aos Administradores da Companhia e de suas controladas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 17.987 como honorários (R\$ 16.879 em 31 de dezembro de 2019), R\$ 18.687 como participações estatutárias (R\$ 17.247 em 31 de dezembro de 2019) e remuneração de longo prazo representada por Opções de Ações e ILP R\$ 5.661 (R\$ 4.446 em 31 de dezembro de 2019).

Nota 12 – Investimentos em controladas e coligadas

a) Movimentação dos investimentos

Descrição	Controladas diretas													Coligada	Controle Compartilhado			
	Duratex Florestal	Estrela do Sul	Duratex Empreend.	Bale Com. Prod.	Trento Adm. Part.	Duratex Europe	Duratex Belgium	Duratex Grifeira Sur	North America	Duratex Colômbia	Hydra Corona	Duratex Andina	Cerâmica Urussanga		Viva Decora	LD Celulose	LD Florestal S.A.	Total
Movimentação dos investimentos	165	12	374	-	1	47	-	3.112	500	29.599	259.650	1.637	9.136.814	850	1.016.181	68.193		
	100,00	99,99	99,99	90,00	100,00	100,00	-	62,00	100,00	87,83	100,00	100,00	99,99	100,00	49,00	50,00		
	495.915	12	374	10	1	181	-	426	886	54.332	259.650	1.771	1.094.017	771	2.077.921	177.452		
	709.581	364	1.010	10	1	88.719	-	(978)	17.489	628.249	217.776	2.666	1.049.448	145	1.735.960	198.177		
	67.131	-	(21)	-	-	3.919	-	1.160	(2.425)	71.375	73.006	107	84.354	(3.986)	(134.094)	567		
	1.786.460	363	1.623	9	1	585.698	3.562	-	-	-	176.020	2.208	353.553	9.066	-	39.208	2.957.771	
	231.877	1	28	-	-	139.425	131	38	(21.860)	(52.985)	14.750	(163)	11.538	(1.848)	-	1.199	322.131	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.154	-	-	-	-	-	2.154	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600.685	-	-	600.685	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74	-	67.257	67.331
	(7.254)	-	(14)	-	-	17.140	(19)	-	-	-	(3.265)	-	72	2.022	-	1	17.301	
	-	-	-	-	-	-	-	(38)	-	-	(3.170)	-	(4.783)	-	-	-	(8.765)	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38)	
	(794.998)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.953)	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(794.998)	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.674)	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.255	-	-	5.255	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.837)	-	-	-	-	-	(8.837)	
	-	-	-	-	-	(603.432)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(603.432)	
	-	-	-	-	-	-	-	-	37.274	517.276	-	-	-	-	-	-	554.550	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.463	-	-	-	-	-	-	49.463	
	1.216.085	364	1.637	9	1	138.831	-	-	15.414	513.754	177.652	2.167	960.796	14.569	-	107.665	3.148.944	
	67.131	-	(21)	-	-	3.919	-	98	(2.425)	62.688	73.005	107	84.348	(2.317)	(65.706)	284	221.111	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(774)	-	-	-	-	-	(774)	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.070	-	-	1.070	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1.016.181	-	1.205.299	
	-	-	-	-	-	32.991	-	-	4.500	112.062	-	392	(73)	-	18.944	-	168.816	
	3.178	-	-	-	-	-	-	(98)	-	-	165	-	(1.142)	(506)	(120.798)	(14)	(119.117)	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(98)	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(811)	(3.064)	-	(1.435)	-	-	-	(5.310)	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.484	-	-	-	-	-	-	1.484	
	(150.257)	-	(606)	-	-	(87.022)	-	-	-	(87.248)	-	-	-	-	-	-	(325.133)	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.940)	-	-	(12.940)	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	267	-	-	267	
	(494.107)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(494.107)	
	64.944	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64.944	
	706.974	364	1.010	9	1	88.719	-	-	17.489	601.929	246.984	2.666	1.229.610	145	850.621	107.935	3.854.456	

Descrição	Controladas indiretas			
	North America	Duratex Colômbia	Duratex Belgium	Cecrisa Revestimentos
Acções/ quotas possuídas (Mil)	-	4.023.226	-	6.829
Participação %	-	11,94	-	100,00
Capital social	-	54.332	-	604.847
Patrimônio líquido	-	628.249	-	413.763
Lucro Líquido do exercício	-	71.375	-	63.728
Movimentação dos investimentos				
Em 31 de dezembro de 2018	15.634	448.863	66.967	-
Extinção da Duratex Belgium com acervo líquido absorvido pela Duratex Europe	-	-	(76.635)	-
Aquisição Cecrisa - valor contábil	-	-	-	(3.331)
Ágio expectativa rentabilidade futura	-	-	-	163.000
Adiantamento p/ futuro aumento de Capital	-	-	-	238.605
Resultado de equivalência	(804)	67.105	4.904	1.248
Equivalência patrimonial reflexa	-	-	-	(252)
Variação cambial sobre patrimônio líquido	584	1.793	4.764	73
Transferência de ações para Duratex S.A.	(15.414)	(451.417)	-	-
Mais valia de ativos Cecrisa	-	-	-	376.264
Mais valia de estoques Cecrisa	-	-	-	9.911
Em 31 de dezembro de 2019	-	66.344	-	785.518
Resultado de Equivalência	-	8.521	-	63.728
Adiantamento p/ futuro aumento de Capital	-	-	-	116.261
Dividendos	-	(11.815)	-	-
Variação cambial sobre patrimônio líquido	-	11.952	-	(73)
Equivalência patrimonial reflexa	-	-	-	49
Ajuste do valor de aquisição Cecrisa - valor contábil	-	-	-	(2.546)
Complemento do ágio expectativa rentabilidade futura	-	-	-	5.430
Amortização/ reversão de mais valia de ativos	-	-	-	(22.083)
Impairment de ativos	-	-	-	(1.600)
Em 31 de dezembro de 2020	-	75.002	-	944.684

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

No período de 28 de janeiro a 07 de dezembro de 2020, a Duratex S.A., concedeu à sua controlada Cerâmica Urussanga S.A., adiantamentos para futuro aumento de capital totalizando o montante de R\$ 187.116.

No período de 21 de setembro a 03 de dezembro de 2020, a Duratex S.A., concedeu à sua controlada Viva Decora Internet S.A., adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 1.070.

c) Cisão parcial da controlada Duratex Florestal Ltda. e Incorporação na Duratex S.A.

Em 31 de janeiro de 2020, a controlada Duratex Florestal Ltda., concluiu a cisão parcial e incorporação na Duratex S.A. no montante de R\$ 429.163, conforme apresentado a seguir:

Acervo líquido	
31/01/2020	
Estoques	2.285
Ativo imobilizado	6.273
Ativo biológico	486.232
Obrigações com pessoal	(683)
IR/CS diferidos	(64.944)
Acervo Líquido	429.163

d) Aporte de capital em coligada

Em 31 de janeiro 2020 e 26 de fevereiro de 2020, a Duratex S.A. aportou capital na LD Celulose S.A., totalizando o montante de R\$ 496.525, conforme apresentado a seguir:

	<u>Valor aportado</u>
Estoques	2.285
Ativo imobilizado	8.830
Ativo biológico	486.232
Obrigações com pessoal	(822)
Acervo Líquido	496.525

Dando continuidade aos aportes de capital na LD Celulose S.A., durante o período de 06 de abril a 01 de setembro de 2020, a Duratex S.A., integralizou R\$ 521.656, totalizando R\$ 1.018.181 no ano.

e) Início de consolidação da controlada Viva Decora Internet S.A.

Em 14 de julho de 2020, a Duratex apresentou aos demais sócios da Viva Decora Internet S.A., uma proposta de Recompra das Ações de Emissão da Viva Decora Internet S.A. ("Oferta"), tendo como objeto a aquisição, pela Companhia, das Ações da Recompra, assim passando deter 100% de participação na controlada Viva Decora.

Em comunicado ao mercado realizado em 05 de agosto de 2020, a Companhia informou que em 31 de julho de 2020, celebrou contrato para a aquisição integral da então coligada Viva Decora Internet Ltda. ("Viva Decora"), a qual possuía 44,16% de participação.

Para a aquisição não foi necessário nenhum desembolso financeiro por parte da controladora dado que o pagamento aos demais quotistas foi realizado por meio do caixa disponível na Viva Decora.

Nota 13 – Imobilizado

a) Movimentação

Controladora	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2018								
Custo	136.737	895.818	3.966.345	72.955	44.622	24.006	182.983	5.323.466
Depreciação acumulada	-	(420.235)	(2.478.523)	-	(32.752)	(22.903)	(132.618)	(3.087.031)
Saldo contábil, líquido	136.737	475.583	1.487.822	72.955	11.870	1.103	50.365	2.236.435
Em 31/12/2019								
Saldo inicial	136.737	475.583	1.487.822	72.955	11.870	1.103	50.365	2.236.435
Aquisições	42.654	974	28.863	75.836	1.114	24	3.894	153.359
Baixas	-	(15.440)	(68.787)	(7.386)	(431)	-	(1.018)	(93.062)
Depreciações	-	(29.110)	(216.951)	-	(2.443)	(512)	(12.749)	(261.765)
Transferências	(5.811)	11.587	65.483	(77.976)	635	363	5.719	-
Transferência para propriedades para investimentos	-	(857)	-	-	-	-	-	(857)
Saldo contábil, líquido	173.580	442.737	1.296.430	63.429	10.745	978	46.211	2.034.110
Saldo em 31/12/2019								
Custo	173.580	892.082	3.991.904	63.429	45.940	24.393	191.578	5.382.906
Depreciação acumulada	-	(449.345)	(2.695.474)	-	(35.195)	(23.415)	(145.367)	(3.348.796)
Saldo contábil, líquido	173.580	442.737	1.296.430	63.429	10.745	978	46.211	2.034.110
Em 31/12/2020								
Saldo inicial	173.580	442.737	1.296.430	63.429	10.745	978	46.211	2.034.110
Aquisições	626	1.260	30.359	92.368	1.031	68	8.605	134.317
Baixas	(9.149)	(279)	(1.870)	(37)	(86)	(10)	(91)	(11.522)
Depreciações	-	(28.329)	(200.342)	-	(2.327)	(344)	(12.065)	(243.407)
Transferências	-	3.269	44.454	(51.072)	353	-	2.996	-
Incorporação parcial da Duratex Florestal	-	1.878	1.681	-	89	1.772	853	6.273
Aporte de capital na LD Celulose S.A.	(2.557)	(1.878)	(1.681)	-	(89)	(1.772)	(853)	(8.830)
Saldo contábil, líquido	162.500	418.658	1.169.031	104.688	9.716	692	45.656	1.910.941
Saldo em 31/12/2020								
Custo	162.500	896.332	4.064.847	104.688	47.238	24.451	203.088	5.503.144
Depreciação acumulada	-	(477.674)	(2.895.816)	-	(37.522)	(23.759)	(157.432)	(3.592.203)
Saldo contábil, líquido	162.500	418.658	1.169.031	104.688	9.716	692	45.656	1.910.941

Consolidado	Terras e terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizações em andamento	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos	Total
Saldo em 31/12/2018								
Custo	636.168	1.050.516	4.385.054	106.921	57.598	65.409	230.500	6.532.166
Depreciação acumulada	-	(448.132)	(2.597.531)	-	(42.105)	(52.987)	(152.630)	(3.293.385)
Saldo contábil, líquido	636.168	602.384	1.787.523	106.921	15.493	12.422	77.870	3.238.781
Em 31/12/2019								
Saldo inicial	636.168	602.384	1.787.523	106.921	15.493	12.422	77.870	3.238.781
Aquisições	42.763	1.229	40.719	195.021	1.895	2.533	8.970	293.130
Baixas	(44.134)	(16.566)	(74.754)	(7.542)	(477)	(144)	(2.308)	(145.925)
Depreciações	-	(33.187)	(268.701)	-	(3.283)	(2.991)	(18.938)	(327.100)
Transferências	(5.811)	14.816	90.773	(113.969)	3.322	1.802	9.067	-
Aquisição de controlada Cecrisa - custo	8.611	148.224	438.575	11.047	3.677	2.590	36.585	649.309
Aquisição de controlada Cecrisa - depreciação acumulada	-	(46.533)	(238.763)	-	(3.101)	(2.431)	(34.278)	(325.106)
Amortização - Mais Valia	-	(1.475)	(5.548)	-	(19)	(4)	(907)	(7.953)
Mais Valia - Cecrisa e Portinari	49.969	129.532	40.584	-	727	-	1.474	222.286
Transferência para propriedade para investimentos	-	(857)	-	-	-	-	-	(857)
Transferência para ativo circulante (*)	(3.777)	(36.094)	(48)	(131)	-	-	-	(40.050)
Variação cambial	2.476	2.043	4.894	45	80	3	274	9.815
Saldo contábil, líquido	686.265	763.516	1.815.254	191.392	18.314	13.780	77.809	3.566.330
Saldo em 31/12/2019								
Custo	686.265	1.291.368	4.920.249	191.392	66.803	72.189	283.655	7.511.921
Depreciação acumulada	-	(527.852)	(3.104.995)	-	(48.489)	(58.409)	(205.846)	(3.945.591)
Saldo contábil, líquido	686.265	763.516	1.815.254	191.392	18.314	13.780	77.809	3.566.330
Em 31/12/2020								
Saldo inicial	686.265	763.516	1.815.254	191.392	18.314	13.780	77.809	3.566.330
Aquisições	52.899	1.282	37.273	176.192	2.006	188	11.591	281.431
Baixas	(24.404)	(10.626)	(5.277)	(9.804)	(62)	(452)	(1.224)	(51.849)
Depreciações	-	(34.213)	(269.147)	-	(3.526)	(2.816)	(18.752)	(328.454)
Transferências	-	11.515	198.075	(223.833)	2.553	2.010	9.680	-
Reclassificação de mais valia para ágio	(3.648)	(8.574)	4.962	-	-	-	-	(7.260)
Amortização - Mais Valia	-	(3.035)	(5.839)	-	(25)	(32)	(480)	(9.411)
Aporte de capital na LD Celulose S.A.	(2.557)	(1.878)	(1.681)	-	(89)	(1.772)	(853)	(8.830)
Variação cambial	11.892	16.833	38.168	1.457	386	32	1.916	70.684
Saldo contábil, líquido	720.447	734.820	1.811.788	135.404	19.557	10.938	79.687	3.512.641
Saldo em 31/12/2020								
Custo	720.447	1.296.885	5.185.930	135.404	71.572	72.163	304.285	7.786.686
Depreciação acumulada	-	(562.065)	(3.374.142)	-	(52.015)	(61.225)	(224.598)	(4.274.045)
Saldo contábil, líquido	720.447	734.820	1.811.788	135.404	19.557	10.938	79.687	3.512.641

(*) Refere-se a ativos transferidos ao longo do exercício para ativos não circulante disponível para venda.

b) Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento referem-se a investimentos nas unidades: (i) na Divisão Madeira, plantas de Agudos-SP, Itapetininga-SP, Uberaba-MG e Taquari-RS para produção de painéis de madeira (ii) na Divisão Deca, plantas da Paraíba-PB, Recife-PE, Queimados-RJ e Jundiá-SP para produção de louças sanitárias e de São Paulo-SP, Jundiá-SP e Jacareí-SP para produção de metais e Aracaju-SE para produção de chuveiros, (iii) em Revestimentos, plantas de Urussanga - SC e Criciúma - SC para produção de revestimentos cerâmicos e (iv) na Florestal, nas plantas de Agudos-SP, Itapetininga-SP, Monte Carmelo-MG, Lençóis Paulista-SP, Taquari-RS e Uberaba-MG. Em 31 de dezembro de 2020, os contratos firmados para expansões totalizam aproximadamente R\$ 125,8 milhões.

Durante o exercício de 2020, não houve capitalização de juros no ativo imobilizado, principalmente pela não existência de ativos qualificáveis.

c) Revisão da vida útil dos ativos

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 27 – ativo Imobilizado, a Companhia e suas controladas revisaram a vida útil econômica estimada aos ativos para o cálculo da depreciação.

Foi adotada a seguinte metodologia na revisão das taxas de depreciação:

- antecedentes internos: Investimentos em substituição dos bens, informação sobre a sobrevivência dos ativos, especificações técnicas existentes;
- antecedentes externos: Ambiente econômico em que o Grupo opera novas tecnologias, *benchmarking*, recomendações e manuais do fabricante;
- estado de conservação e operações dos bens: Manutenção, falhas e eficiência dos bens e outros dados que serviram para análise e determinação da vida útil remanescente;
- valor residual dos bens, histórico da manutenção e utilização até a destinação para sucata;
- alinhamento ao planejamento geral dos negócios da Companhia.

Taxas anuais de depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Construções e benfeitorias	4,0%	4,0%
Máquinas, equipamentos e instalações	6,4%	6,5%
Móveis e utensílios	10,0%	10,0%
Veículos	20% a 25%	20% a 25%
Outros ativos	10% a 20%	10% a 20%

d) Ativos em garantia

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía em seu ativo imobilizado terrenos, maquinários e veículos dados como garantia de processos judiciais totalizando R\$ 1.938.

Nota 14 – Arrendamentos

a) Ativos de direito de uso

Movimentação dos ativos de direito de uso

	Controladora				Consolidado				
	Edifícios	Veículos	Outros	Total	Terras	Edifícios	Veículos	Outros	Total
Adoção inicial em 01.01.2019	10.141	345	108	10.594	488.176	10.141	2.857	428	501.602
Novos contratos	907	-	1.198	2.105	7.578	907	-	4.609	13.094
Atualizações	(367)	-	-	(367)	26.428	(367)	-	142	26.203
Aquisição controlada Cecrisa	-	-	-	-	-	3.508	-	5.255	8.763
Depreciação no exercício (Resultado)	(4.611)	(217)	(1.119)	(5.947)	(2.155)	(4.886)	(1.762)	(2.485)	(11.288)
Depreciação no exercício (*)	-	-	-	-	(24.000)	-	-	-	(24.000)
Variação cambial	-	-	-	-	29	-	-	(5)	24
Ajuste por remensuração	993	-	133	1.126	40.197	993	-	133	41.323
Saldo em 31/12/2019	7.063	128	320	7.511	536.253	10.296	1.095	8.077	555.721
Novos contratos	-	812	11.869	12.681	1.540	3.755	2.912	14.820	23.027
Atualizações	7.126	-	-	7.126	22.069	7.270	-	1.904	31.243
Depreciação no exercício (Resultado)	(4.745)	(194)	(720)	(5.659)	(1.325)	(5.709)	(1.506)	(4.343)	(12.883)
Depreciação no exercício (*)	-	-	-	-	(20.615)	-	-	-	(20.615)
Baixas de contratos	(526)	-	(94)	(620)	(239.722)	(526)	-	(94)	(240.342)
Variação cambial	-	-	-	-	1.558	-	-	762	2.320
Saldo em 31/12/2020	8.918	746	11.375	21.039	299.758	15.086	2.501	21.126	338.471

(*) Valor contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de ativo biológico.

b) Passivos de arrendamento

Movimentação dos passivos de arrendamento

	Controladora				Consolidado				
	Edifícios	Veículos	Outros	Total	Terras	Edifícios	Veículos	Outros	Total
Adoção inicial em 01.01.2019	10.141	345	108	10.594	488.176	10.141	2.857	428	501.602
Novos contratos	907	-	1.198	2.105	7.578	907	-	4.609	13.094
Atualizações	(367)	-	-	(367)	26.428	(367)	-	142	26.203
Aquisição controlada Cecrisa	-	-	-	-	-	3.663	-	5.795	9.458
Juros apropriados no exercício (Resultado)	723	21	21	765	811	872	175	465	2.323
Juros apropriados no exercício (*)	-	-	-	-	51.049	-	-	-	51.049
Baixa por pagamento	(4.891)	(231)	(1.327)	(6.449)	(62.599)	(5.260)	(1.891)	(3.013)	(72.763)
Variação cambial	-	-	-	-	29	-	-	6	35
Ajuste por remensuração	993	-	133	1.126	40.197	993	-	133	41.323
Saldo em 31/12/2019	7.506	135	133	7.774	551.669	10.949	1.141	8.565	572.324
Novos contratos	-	812	11.869	12.681	1.540	3.755	2.912	14.820	23.027
Atualizações	7.126	-	-	7.126	22.069	7.270	-	1.904	31.243
Juros apropriados no exercício (Resultado)	474	21	292	787	2.233	990	91	1.130	4.444
Juros apropriados no exercício (*)	-	-	-	-	30.029	-	-	-	30.029
Baixa por pagamento	(5.358)	(343)	(659)	(6.360)	(42.996)	(6.537)	(2.218)	(5.045)	(56.796)
Baixas de contratos	(523)	-	(133)	(656)	(245.929)	(523)	-	(133)	(246.585)
Variação cambial	-	-	-	-	1.652	-	-	814	2.466
Saldo em 31/12/2020	9.225	625	11.502	21.352	320.267	15.904	1.926	22.055	360.152

(*) Valor contabilizado no custo de formação das reservas florestais na rubrica de ativo biológico.

A Companhia apurou despesa de R\$ 789, relativos aos arrendamentos com prazo de contrato inferiores a 12 meses.

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos dos contratos	Taxa % a.a.
Até 5 anos	7,37%
6 a 10 anos	10,72%
Acima de 10 anos	11,94%

Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento

	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
	31/12/2020	31/12/2020		31/12/2019	31/12/2019
2021	6.125	22.227	2020	5.624	21.010
Total circulante	6.125	22.227	Total circulante	5.624	21.010
2022	6.387	20.079	2021	908	14.422
2023	2.525	15.130	2022	712	12.970
2024	2.100	13.285	2023	530	12.359
2025	2.319	12.594	2024	-	10.911
2026	1.896	11.806	2025	-	9.589
2027 - 2031	-	42.375	2026 - 2030	-	49.964
2032 - 2036	-	26.295	2031 - 2035	-	42.407
2037 - 2046	-	78.703	2036 - 2045	-	140.749
Acima de 2047	-	117.658	Acima de 2046	-	257.943
Total não circulante	15.227	337.925	Total não circulante	2.150	551.314

c) Efeitos de inflação

Ativos de direito de uso					Passivos de arrendamento				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
Fluxo real	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	Fluxo real	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Direito de uso	33.265	13.458	402.116	591.015	Passivo de arrendamento	25.933	8.489	1.000.112	1.830.289
Depreciação	(12.226)	(5.947)	(63.645)	(35.294)	Juros embutidos	(4.581)	(715)	(639.960)	(1.257.965)
	21.039	7.511	338.471	555.721		21.352	7.774	360.152	572.324
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
Fluxo inflacionado	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	Fluxo inflacionado	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Direito de uso	41.165	14.483	993.201	810.491	Passivo de arrendamento	35.400	8.794	2.311.615	3.436.168
Depreciação	(12.837)	(6.942)	(106.420)	(45.185)	Juros embutidos	(6.147)	(741)	(1.363.102)	(2.624.658)
	28.328	7.541	886.781	765.306		29.252	8.053	948.513	811.510

Nota 15 – Ativos biológicos (Reservas florestais)

A Companhia detém através de suas controladas Duratex Florestal Ltda. e Duratex S.A. na Colômbia (atual denominação da Tablemac S.A.), bem como, de sua controlada em conjunto, Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía aproximadamente 101,9 mil hectares em áreas de efetivo plantio (139,2 mil hectares em 31 de dezembro de 2019) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para as florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

- Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 7,05% a.a. em 31 de dezembro de 2020. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado da Companhia, o qual é revisado anualmente pela Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/ metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos do Grupo, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorizados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e pelo diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Custo de formação dos ativos biológicos	1.117.233	1.044.987
Diferencial entre custo e valor justo	511.865	498.962
Aporte de capital na LD Celulose S.A.	(486.232)	-
Valor justo dos ativos biológicos	1.142.866	1.543.949

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.543.949	1.564.591
Variação do valor justo		
Preço volume	117.270	126.045
Exaustão	(104.367)	(170.697)
Variação do valor histórico		
Formação	199.435	193.533
Exaustão	(127.189)	(169.523)
Saldo subtotal	1.629.098	1.543.949
Aporte de capital na LD Celulose S.A.	(486.232)	-
Saldo total	1.142.866	1.543.949

Efeito no resultado do valor justo do ativo biológico

	31/12/2020	31/12/2019
Variação do valor justo	117.270	126.045
Exaustão do valor justo	(104.367)	(170.697)

O montante da exaustão do exercício está apresentado na rubrica 'Custos dos produtos vendidos' da demonstração do resultado.

d) Análise de Sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 47,81 /m³ (em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 45,03 /m³). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 47.299.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 7,05% a.a. em 31 de dezembro de 2020. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 8.423.

De acordo com a hierarquia do CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

Nota 16 – Intangível

Controladora	Software	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2019	51.481	47.905	145.381	244.767
Adições	26.078	-	-	26.078
Baixas	(12.032)	-	-	(12.032)
Amortizações	(7.717)	-	(24.707)	(32.424)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2019	57.810	47.905	120.674	226.389
Saldo inicial em 01/01/2020	57.810	47.905	120.674	226.389
Adições	50.325	-	-	50.325
Baixas	(9.690)	-	-	(9.690)
Amortizações	(10.899)	-	(24.707)	(35.606)
Saldo contábil, líquido	87.546	47.905	95.967	231.418
Saldo em 31/12/2020				
Custo	169.945	47.905	383.698	601.548
Amortização acumulada	(82.399)	-	(287.731)	(370.130)
Saldo contábil, líquido	87.546	47.905	95.967	231.418

Consolidado	Software	Marcas e Patentes	Ágio Rentabilidade Futura	Carteira de clientes	Total
Saldo inicial em 01/01/2019	52.348	56.439	155.726	157.399	421.912
Adições	26.441	-	-	-	26.441
Baixas	(12.057)	-	-	-	(12.057)
Amortizações	(8.287)	-	-	(25.893)	(34.180)
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	(8.837)	-	-	(8.837)
Aquisição de controlada Cecrisa - custo	12.429	7.423	-	-	19.852
Aquisição de controlada Cecrisa - amortização	(10.597)	-	-	-	(10.597)
Ágio - expectativa rentabilidade futura Cecrisa	-	-	163.000	-	163.000
Mais valia - Cecrisa e Portinari	-	153.978	-	-	153.978
Variação cambial	15	-	-	312	327
Saldo contábil, líquido em 31/12/2019	60.292	209.003	318.726	131.818	719.839
Saldo inicial em 01/01/2020	60.292	209.003	318.726	131.818	719.839
Adições	54.236	-	-	-	54.236
Baixas	(12.818)	-	-	-	(12.818)
Amortizações	(12.470)	-	-	(26.100)	(38.570)
Complemento de ágio - expect. rentabilidade futura Cecrisa	-	-	5.430	-	5.430
Variação cambial	115	-	-	2.552	2.667
Ágio - expectativa rentabilidade futura Viva Decora	-	-	12.940	-	12.940
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	-	-	(12.940)	-	(12.940)
Saldo contábil, líquido	89.355	209.003	324.156	108.270	730.784
Saldo em 31/12/2020					
Custo	186.811	209.003	324.156	403.692	1.123.662
Amortização acumulada	(97.456)	-	-	(295.422)	(392.878)
Saldo contábil, líquido	89.355	209.003	324.156	108.270	730.784

Nota 17 – Teste de *impairment* dos ágios

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangível com vida útil indefinida

O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa (UGC's) que produzem Painéis, Louças, Metais, Chuveiros e Revestimentos Cerâmicos e compõem as unidades de negócio Madeira (Painéis), Deca (Louças, Metais e Chuveiros) e Revestimentos Cerâmicos.

	Madeira		Deca						Revestimentos Cerâmicos	
	Painéis		Metais		Louças		Chuveiros			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Valor contábil do ágio	45.502	45.502	2.402	2.402	-	-	-	-	267.484	99.054
Valor contábil dos demais ativos	1.778.683	2.203.149	42.514	50.915	187.745	170.117	217.842	177.640	1.341.563	302.277
Valor contábil das UGCs	1.824.185	2.248.651	44.916	53.317	187.745	170.117	217.842	177.640	1.609.047	401.331
Valor das UGCs pelo fluxo caixa	6.047.136	6.730.447	48.557	59.826	828.768	210.755	375.263	266.759	2.833.267	920.157
Impairment de ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impairment de outros intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia realizou o teste de valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e considera a relação entre o valor em uso e os valores contábeis das UGC's, quando efetua a revisão para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de

dezembro de 2020 e 2019, os valores dos fluxos de caixa eram superiores aos valores contábeis em todas as unidades de negócios, não havendo a necessidade de contabilização de *impairment*.

Unidade Geradora de Caixa

Os valores recuperáveis foram apurados com base nos valores de uso, e as projeções tiveram como base o planejamento estratégico da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração que considera projeções macroeconômicas de crescimento e inflação, bem como as condições operacionais da Companhia.

Principais variáveis utilizadas no cálculo do valor em uso

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Prazo para o fluxo de caixa	5 anos para todas as áreas de Negócios	5 anos para todas as áreas de Negócios
Taxa de desconto (Custo Médio Ponderado de Capital calculado pelo método CAPM - <i>Capital Asset Pricing Model</i>)	Todas as áreas de Negócios: 10,01% a.a.(*)	Todas as áreas de Negócios: 8,85% a.a.(*)
Taxa de crescimento (margem bruta)	Painéis: 1,4% a.a.	Painéis: 2,5% a.a.
	Louças: 2,2% a.a.	Louças: 1,5% a.a.
	Metais: 1,2% a.a.	Metais: 0,9% a.a.
	Chuveiros: 1,0% a.a.	Chuveiros: 1,5% a.a.
	Revestimentos cerâmicos: 1,3% a.a.	Revestimentos cerâmicos: 2,5% a.a.
Taxa de crescimento (perpetuidade)	3,00% a.a.	3,50% a.a.

(*) Taxa antes do imposto de renda de 13,71% para 2020 e 13,42% para 2019.

Nota 18 – Empréstimos, financiamentos e debêntures

				31/12/2020		31/12/2019	
MODALIDADE	ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	GARANTIAS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Em Moeda Nacional - Controladora							
BNDES com Swap	103,89 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	4.297	29.873	4.348	34.231
BNDES com Swap	117,51 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A. e 30% Pessoa Física	100	694	101	793
FINAME	TJLP + 2,3% a.a./Pré 6 % a.a.	Mensal	Alienação fiduciária	3.327	3.296	12.314	17.118
FINAME	6 % a.a.	Mensal	Alienação fiduciária	-	-	843	2.957
Nota de crédito exportação	104,8% CDI	Até Janeiro 2021	-	27.736	-	279.209	27.500
Nota de crédito exportação (a)	CDI + 1,45% a.a.	Março de 2023		-	515.444	-	-
Cédula de crédito exportação (a)	CDI + 1,81% a.a.	Até maio de 2023	30% de cessão de direitos creditórios de aplicação financeira	95.606	134.933	-	-
FINEX 4131 (a)	CDI + 0,39% a.a.	Março de 2021		138.084	-	-	-
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Mensal	Aval - Cia Ligna de Investimentos	-	-	27.719	288
FGPP - BANCO DO BRASIL com Swap	Pré 6,6% até 7,90% a.a	Até Junho 2020	-	-	-	388.752	-
Cédula de Crédito Bancário GIRO (a)	CDI + 2,80% a.a.	Abril de 2021		258.483	-	-	-
Total em Moeda Nacional - Controladora				527.633	684.240	713.286	82.887
TOTAL DA CONTROLADORA				527.633	684.240	713.286	82.887
Em Moeda Nacional - Controladas							
Nota de crédito exportação	104,9% CDI	Até Janeiro 2021	Aval - Duratex S.A.	35.661	-	36.957	35.358
BNDES com Swap	103,89 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	5.719	39.753	5.787	45.558
BNDES com Swap	117,51 % CDI	Mensal	Aval - 70% Itaúsa- Investimentos Itaú S.A e 30% Pessoa Física	380	2.636	383	3.013
CRA	98% CDI	Semestral	Fiança Duratex S.A.	256	695.297	352	695.509
FINAME	Pré 5,6 % a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	-	-	166	639
FINAME	Pré 9 % a.a.	Semestral	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	-	-	573	261
FINAME	TJLP +3,7 % a.a. até + 4% a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	-	-	2.167	2.212
FINAME	SELIC + 4,28% a.a.	Trimestral	Alienação Fiduciária e Aval Duratex S.A.	-	-	231	311
FNE	Pré 6,05% a.a. até 7,53% a.a	Anual	Fiança Duratex Florestal Ltda. e hipoteca de terreno.	577	10.453	-	6.673
FINEP	TJLP + 0,5% a.a.	Mensal	20% Duplicatas + Fiança Banco Safra	-	-	12.208	-
FINAME - BANCO DO BRASIL	Pré 5,88% a.a.	Mensal	Alienação Fiduciária Máq. Equipamentos	-	-	1.583	6.189
Vendor	Pré 12% a.a.	Até Janeiro 2020	Duplicatas	-	-	296	-
Total em Moeda Nacional - Controladas				42.593	748.139	60.703	795.723
Em Moeda Estrangeira - Controladas							
LEASING	DTF + 2% a.a.	Mensal	Nota Promissória	521	1.583	94	58
ACC - BANCO DO BRASIL	US\$ + 5,00%a.a	Até Fevereiro 2020	40% Duplicatas	-	-	2.397	-
ACC - BOCOM BBM com Swap	US\$ + 10,19%a.a	Até Abril 2020	Nota Promissória	-	-	3.250	-
ACC - SANTANDER	US\$ + 6,38%a.a.	Até Julho 2020	Nota Promissória - Aval Portinari	-	-	9.184	-
ACC - BANCO SAFRA	US\$ + 5,46%a.a.	Até Maio 2020	15,70% Duplicatas	-	-	7.940	-
ACC - BRADESCO	US\$ + 5,80%a.a.	Até Novembro 2020	Clean	-	-	6.119	-
ACE - BANCO DO BRASIL	US\$ + 4,27%a.a.	Até Março 2020	40% Duplicatas	-	-	3.159	-
Total em Moeda Estrangeira - Controladas				521	1.583	32.143	58
TOTAL DAS CONTROLADAS				43.114	749.722	92.846	795.781
TOTAL CONSOLIDADO				570.747	1.433.962	806.132	878.668

a) Novos Empréstimos

A Companhia com o objetivo de reperfilar suas dívidas e reforçar o caixa, adicional a captação de R\$ 635 milhões em março de 2020, captou R\$ 1 bilhão em abril e maio de 2020 em linhas de CCB (Cédula de crédito bancário) e CCE (Cédula de crédito exportação) com prazos de vencimentos de 1 ano e 3 anos respectivamente. A Companhia liquidou antecipadamente R\$ 527,3 milhões de principal e juros de parte da captação de CCB (Cédula de Crédito Bancário), sendo, R\$ 307,2 milhões em setembro e R\$ 220 milhões em dezembro de 2020.

b) Empréstimos e financiamentos designados ao valor justo

A Administração da Companhia elegeu designar, no reconhecimento inicial, determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados na tabela anterior como *swap*) como passivos a valor justo por meio do resultado.

A adoção do valor justo na dívida justifica-se por uma necessidade de evitar o descasamento contábil entre o instrumento de dívida e o instrumento de proteção contratado pela Companhia, que é classificado a valor justo por meio do resultado.

c) Avais e fianças de empréstimos e financiamentos

Os avais e fianças garantidores dos empréstimos e financiamentos da Duratex S.A. foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 24.475 (R\$ 27.631 em 31 de dezembro de 2019), pela Companhia Ligna de Investimentos, liquidado em dezembro de 2020 (R\$ 28.007 em 31 de dezembro de 2019). No caso de empréstimos e financiamentos obtidos pelas subsidiárias, os avais foram concedidos pela Itaúsa S.A. no montante de R\$ 33.941 (R\$ 38.319 em 31 de dezembro de 2019) e pela Duratex S.A. no montante de R\$ 731.214 (R\$ 774.736 em 31 de dezembro de 2019) e pela Cerâmica Portinari S.A., liquidado em setembro de 2020 (R\$ 9.184 em 31 de dezembro de 2019).

d) Empréstimos e financiamentos por prazo de vencimento

31/12/2020						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2021	527.633	-	527.633	570.226	521	570.747
Total circulante	527.633	-	527.633	570.226	521	570.747
2022	102.547	-	102.547	804.589	464	805.053
2023	559.842	-	559.842	566.648	462	567.110
2024	4.383	-	4.383	11.260	462	11.722
2025	4.367	-	4.367	11.396	195	11.591
2026	4.367	-	4.367	11.658	-	11.658
2027	4.367	-	4.367	11.716	-	11.716
2028	4.367	-	4.367	11.766	-	11.766
2029	-	-	-	1.326	-	1.326
2030	-	-	-	1.376	-	1.376
Demais	-	-	-	644	-	644
Total não circulante	684.240	-	684.240	1.432.379	1.583	1.433.962

31/12/2019						
Ano	Controladora			Consolidado		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2020	713.286	-	713.286	773.989	32.143	806.132
Total circulante	713.286	-	713.286	773.989	32.143	806.132
2021	43.559	-	43.559	89.347	5	89.352
2022	9.415	-	9.415	713.746	53	713.799
2023	6.612	-	6.612	14.901	-	14.901
2024	5.758	-	5.758	13.947	-	13.947
2025	4.409	-	4.409	11.268	-	11.268
2026	4.378	-	4.378	11.171	-	11.171
2027	4.378	-	4.378	11.218	-	11.218
2028	4.378	-	4.378	11.258	-	11.258
2029	-	-	-	795	-	795
Demais	-	-	-	959	-	959
Total não circulante	82.887	-	82.887	878.610	58	878.668

e) Movimentação empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.982.441	2.862.604
Captações	-	10.446
Aquisição de controlada Cecrisa	-	235.304
Atualização monetária e juros	83.666	160.137
Amortizações	(1.102.838)	(1.348.341)
Pagamentos de juros	(167.096)	(235.350)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	796.173	1.684.800
Captações	1.635.000	1.640.827
Atualização monetária e juros	61.793	95.897
Amortizações	(1.235.380)	(1.344.596)
Pagamentos de juros	(45.713)	(72.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.211.873	2.004.709

f) Debêntures simples, não conversíveis em ações

Em 17 de maio de 2019, a Companhia efetuou a Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$1.200.000.000,00. Foram emitidas 120.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 com juros remuneratórios de 108% do CDI, remuneração semestral e vencimento em duas parcelas iguais correspondentes a 50% do valor nominal unitário nas datas de 17/05/2024 e 17/05/2026.

Composição	Data de emissão	Tipo de emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Encargos financeiros semestrais	Saldo em 31.12.2020		
								Circulante	Não circulante	Total
2ª emissão	17/05/2019	simples não conversíveis em ações	17/05/2026	120.000	10.000	1.200.000.000	108% CDI base 252 dias úteis, pagos semestralmente no dia 17 dos meses de maio e novembro	2.637	1.198.375	1.201.012

g) Debêntures por prazo de vencimento

Debêntures - Prazo vencimento				
31/12/2020		31/12/2019		
Controladora e Consolidado		Controladora Consolidado		
Ano		Ano		
2021	2.637	2020	6.739	65.733
Total circulante	2.637	Total circulante	6.739	65.733
2024	599.188	2024	599.003	599.003
2026	599.187	2026	599.004	599.004
Total não circulante	1.198.375	Total não circulante	1.198.007	1.198.007

h) Movimentação debêntures

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Captações	1.197.508	1.197.508
Aquisição da controlada Cecrisa	-	69.516
Atualização monetária e juros	46.003	48.965
Amortizações	-	(10.000)
Pagamentos de juros	(38.765)	(42.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.204.746	1.263.740
Atualização monetária e juros	36.088	36.703
Amortizações	-	(60.000)
Pagamentos de juros	(39.822)	(39.431)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.201.012	1.201.012

i) Cláusulas restritivas

i.1) Empréstimos e financiamentos

O contrato consolidado de empréstimos junto ao BNDES está sujeito a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, as seguintes obrigações financeiras cujo acompanhamento é anual:

- (i) EBITDA (*) /Despesa financeira líquida: igual ou superior a 3,00;
- (ii) EBITDA (*) / Receita operacional líquida: igual ou maior que 0,20;
- (iii) Patrimônio líquido / Ativo total: igual ou maior que 0,45.

Além dos empréstimos junto ao BNDES, a Duratex possui uma Cédula de Crédito Exportação com a Caixa Econômica Federal com restrição de manutenção do seguinte índice financeiro:

- (iv) Dívida líquida / EBITDA (*) menor ou igual a 6,5 até o 2º trimestre de 2021;
- (v) Dívida líquida / EBITDA (*) menor ou igual a 4,0 após esse período;

i.2) Debêntures simples Duratex S.A.

- (i) Dívida líquida / EBITDA(*) menor ou igual a 4,0;

A manutenção de “covenants” está baseada no balanço da Duratex S.A., devendo a Companhia manter o limite de cobertura da dívida através das relações acima.

Caso as referidas obrigações contratuais não sejam cumpridas a Companhia deverá oferecer garantias adicionais ou solicitar “waiver” dos credores.

A Companhia declara que em 31 de dezembro de 2020, as obrigações contratuais acima estão cumpridas.

(*) EBITDA (“*earning before interest, taxes, depreciation and amortization*”) lucro antes dos juros e impostos (sobre o lucro) depreciação e amortização.

Nota 19 – Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Nacionais	540.554	329.091	706.457	451.749
Estrangeiros	38.509	29.062	86.125	86.353
Fornecedores partes relacionadas	39.288	27.804	437	-
Fornecedores nacionais risco sacado (*)	284.793	81.641	296.993	87.177
Total	903.144	467.598	1.090.012	625.279

(*) A Companhia possui contrato firmado com o Banco Santander para estruturar com fornecedores operação de risco sacado. Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que por sua vez passa a ser o credor da operação. A Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos, a Companhia e sua controlada também não são impactadas com os encargos financeiros praticados pelas instituições financeiras, portanto a Companhia demonstra esta operação na rubrica de fornecedores.

Nota 20 – Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de clientes	20.697	1.220	82.509	27.507
Participação estatutária	18.688	17.247	18.688	17.247
Frete e Seguros a pagar	31.694	19.599	41.928	27.642
Aquisição de Empresas	28.275	28.160	28.275	28.160
Lucros a distribuir aos sócios participantes das SCP's (1)	-	-	6.830	12.341
Comissões a pagar	9.596	8.555	17.036	20.350
Bônus, garantia de produtos, assistência técnica e manutenção	25.916	17.495	45.223	25.356
Aquisição de áreas para reflorestamento	-	-	20.966	2.934
Contas a pagar aos sócios participantes das SCP's	-	-	-	31.168
Empréstimos consignados	1.594	1.428	1.983	1.839
Vendas para entrega futura	14.530	13.982	16.935	16.374
Provisão para reestruturação	2.266	3.586	2.592	3.912
Serviços de consultoria	2.917	-	2.917	-
Demais contas a pagar	20.516	5.105	30.478	13.015
Total circulante	176.689	116.377	316.360	227.845
Aquisição de Empresas	32.426	32.004	31.946	125.466
Compra de fazenda	-	-	32.624	-
Adiantamento de clientes	-	-	7.626	6.046
Contas a pagar aos sócios participantes das SCP's (2)	-	-	89.413	89.413
Garantia de produtos e assistência técnica	5.583	5.103	5.583	5.103
Passivos provisionados com parceiros joint operation	-	-	50.083	42.617
Benefícios pós emprego (3)	32.737	45.531	50.096	71.733
Demais contas a pagar	2.618	2.403	5.377	7.679
Total não circulante	73.364	85.041	272.748	348.057

(1) SCP's – Sociedade em Conta de Participação;

(2) Valor da participação dos sócios terceiros ao Grupo em projetos de reflorestamento, onde a controlada Duratex Florestal contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores com recursos em espécie;

(3) Valor referente benefício pós-emprego relacionado à assistência médica.

Nota 21 – Impostos e contribuições

A Companhia e suas controladas possuem provisões e passivos tributários federais e estaduais a pagar, conforme composição demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social a pagar	542	168	12.844	56.694
PIS e COFINS a pagar/ provisão	2.304	4.503	4.356	10.736
ICMS e IPI a pagar	31.136	27.265	49.218	40.426
INSS a pagar	1.215	728	2.999	1.693
Parcelamento de impostos (*)	-	-	21.513	26.880
Outros impostos a pagar	519	296	706	473
Total circulante	35.716	32.960	91.636	136.902
Parcelamento de impostos (*)	-	-	87.132	127.294
Total não circulante	-	-	87.132	127.294

(*) Parcelamento de impostos da controlada Cecrisa.

Nota 22 – Provisão para contingências

a) Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e administrativos em curso, conforme apresentado a seguir:

Controladora	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo final em 31.12.2018	72.792	61.392	5.156	139.340	Saldo em 31.12.2018	77.515	78.628	7.365	5.000	168.508
Atualização monetária e juros	4.626	17.893	248	22.767	Atualização monetária e juros	4.919	21.227	810	-	26.956
Constituição	136.512	30.400	1.342	168.254	Constituição	149.663	43.308	13.836	-	206.807
Reversão	(111.908)	(13.363)	(1.932)	(127.203)	Reversão	(120.722)	(16.339)	(17.100)	-	(154.161)
Pagamentos	(11.900)	(15.179)	-	(27.079)	Pagamentos	(12.022)	(20.805)	(7.052)	(35)	(39.914)
					Aquisição de controlada Cecrisa	3.740	11.833	73.666	-	89.239
					Combinação de negócios - aquisição Cecrisa	60.579	5.512	33.257	-	99.348
					Variação cambial controladas no exterior	37	-	-	-	37
Saldo final em 31.12.2019	90.122	81.143	4.814	176.079	Saldo final em 31.12.2019	163.709	123.364	104.782	4.965	396.820
Depósitos Judiciais	(6.386)	(17.952)	-	(24.338)	Depósitos Judiciais	(6.386)	(25.619)	(51.102)	-	(83.107)
Saldo em 31.12.2019 após compensação dos depósitos judiciais	83.736	63.191	4.814	151.741	Saldo em 31.12.2019 após compensação dos depósitos judiciais	157.323	97.745	53.680	4.965	313.713
Controladora	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	Consolidado	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Ambiental	Total
Saldo em 31.12.2019	90.122	81.143	4.814	176.079	Saldo em 31.12.2019	163.709	123.364	104.782	4.965	396.820
Atualização monetária e juros	2.844	16.193	272	19.309	Atualização monetária e juros	3.736	21.755	3.582	-	29.073
Constituição	92.495	13.805	701	107.001	Constituição	109.432	22.243	6.305	-	137.980
Reversão	(44.856)	(14.546)	(262)	(59.664)	Reversão	(52.060)	(17.262)	(4.446)	-	(73.768)
Pagamentos	(10)	(10.570)	(353)	(10.933)	Pagamentos	(292)	(18.279)	(32.190)	-	(50.761)
					Combinação de negócios - aquisição Cecrisa	1.681	(1.548)	66.174	-	66.307
					Variação cambial controladas no exterior	216	-	-	-	216
Saldo final em 31.12.2020	140.595	86.025	5.172	231.792	Saldo final em 31.12.2020	226.422	130.273	144.207	4.965	505.867
Depósitos Judiciais	(5.459)	(20.581)	-	(26.040)	Depósitos Judiciais	(5.459)	(28.261)	(47.860)	-	(81.580)
Saldo em 31.12.2020 após compensação dos depósitos judiciais	135.136	65.444	5.172	205.752	Saldo em 31.12.2020 após compensação dos depósitos judiciais	220.963	102.012	96.347	4.965	424.287

As contingências tributárias e cíveis envolvem, principalmente, discussões sobre:

1-) IR e CS – Processos judiciais e administrativos visando anular o crédito tributário referente à incidência de IR/CS sobre lucros auferidos por controladas no exterior nos períodos de 1996 a 2002 e 2003, com o direito à compensação do IR pago no exterior por tais controladas. Em 31 de dezembro de 2020 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 5.188 (R\$ 5.140 em 31 de dezembro de 2019).

2-) Multa de Ofício (Delta IPC) – Ação judicial para anular a cobrança, via execução fiscal, de multa de ofício decorrente de processo administrativo instaurado pela União, com suspensão de exigibilidade, mas com incidência de multa, de débito recolhido após a cassação da liminar e com desconto total em Anistia. Em 31 de dezembro de 2020 o valor provisionado para esta discussão é de R\$ 3.274 (R\$ 3.211 em 31 de dezembro de 2019).

3-) Em 2018, foi provisionado o valor de R\$ 63.941 (R\$ 42.202 líquido dos efeitos tributários), decorrente de decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que afetou as controladas Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. (Cecrisa) e Cerâmica Portinari S.A. (Portinari), em face de dívida de honorários de sucumbência da empresa Balneário Conventos S.A. pertencente ao Espólio de Manoel Dilor de Freitas, fundador da Cecrisa e ex-controlador, desvinculado dos negócios das empresas desde o início dos anos 2000. Ressalta-se que em 2012 os herdeiros de Manoel Dilor de Freitas venderam o controle acionário das empresas para o Fundo Vinci Partners. Por consequência, as empresas tiveram seu faturamento penhorado no montante de 2,77% sobre a receita líquida mensal e os depósitos vem ocorrendo desde então. As controladas vêm ingressando com todos os recursos possíveis para alcançar o reconhecimento de que não é responsável por esta dívida, já que o processo principal tramitou por 30 anos sem que a Cecrisa e Portinari fizessem parte do polo passivo da ação, tendo inclusive a Ré original realizado acordo judicial do débito principal com os credores, pagando a dívida em prestações. Status processual: (i) a empresa ingressou com Recurso Especial visando anular a penhora de faturamento, por desobediência à gradação legal prevista no CPC – Código Processual Civil; e (ii) a empresa aguarda julgamento de

Embargos Declaratórios incidentes sobre o Acórdão que negou provimento ao Recurso de Apelação interposto, que por sua vez, julgou improcedente os Embargos de Terceiro da Cecrisa. Em 31 de dezembro de 2020, o valor provisionado é de R\$ 47.438. (R\$ 47.268 em 31 de dezembro de 2019).

4-) Em agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou, em sede de Repercussão Geral, o RE 1072485 que declarou a constitucionalidade da incidência de Contribuição Previdenciária sobre o 1/3 constitucional de férias gozadas, tal decisão modificou o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, sobre a não incidência de contribuição previdenciária sobre o 1/3 constitucional de férias. A Companhia, com base em decisões proferidas em Ação Declaratória não recolhe a referida contribuição desde dezembro de 2010. Com a alteração do entendimento pelo STF a Companhia constituiu provisão, o saldo em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 19.119, referente a contribuição não recolhida entre dezembro de 2010 a fevereiro de 2013, período em que houve o depósito judicial, e de agosto de 2015 em diante.

b) Perdas Possíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, previdenciária, cível e trabalhista, com risco de perda classificados como possível, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos no montante de R\$ 608.563. Os principais valores são: 1) R\$ 302.180, relativo à tributação (IR/CS) sobre suposto ganho de capital (reserva de reavaliação), nas operações societárias de cisão parcial, com incorporação de ativos (terras e florestas), avaliados a valor contábil, realizadas nos exercícios de 2006 (terras) e 2009 (florestas) da subsidiária Estrela do Sul Participações Ltda. Ambos os processos encontram-se em discussão no judiciário. 2) Discussões judiciais e administrativas envolvendo a glosa de crédito, recolhimento e multa relativos a ICMS, no total de R\$ 76.835. 3) Autuação de IR/CS por suposta omissão de receita na quitação de débitos incluídos em REFIS com prejuízos fiscais, no total de R\$ 52.145 (Cecrisa). 4) Autuação IPI referente IPI alíquota zero, NT e crédito de IPI, no total de R\$ 10.114 (Cecrisa). 5) Referente ações de cobrança movida por fornecedores, no total de R\$ 34.286. 6) Processos trabalhistas no total de R\$ 47.444. Os demais processos no total de R\$ 85.559, referem-se a processos cíveis e tributários cuja contingência não ultrapassa individualmente R\$ 5 milhões.

c) Ativos Contingentes

A Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente e administrativamente o ressarcimento dos tributos, indicados no quadro abaixo, com possibilidade de êxito provável, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. Como se tratam de ativos contingentes, os valores a seguir não estão contabilizados nas demonstrações financeiras:

	31/12/2020	31/12/2019
Crédito prêmio de IPI 1980 a 1983 e 1985	129.234	125.990
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	17.337	11.423
Lucro no Exterior (levantamento de depósito)	11.482	11.303
INSS - Contribuições Previdenciárias	29.872	49.529
CPMF - diferencial de alíquota	3.607	3.640
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus*	-	1.753
Outros	10.977	12.570
Total	202.509	216.208

*Encerramento da ação e habilitação do crédito

ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

Após manifestação do Supremo Tribunal Federal – STF, em março de 2017, considerou-se inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS e processos relacionados ao tema têm sido julgados favoravelmente aos contribuintes. Nesse cenário, a Companhia e suas controladas ingressaram, ou já tinham ingressado, com medidas judiciais para restituição ou compensação dos valores recolhidos indevidamente e para a suspensão dos recolhimentos correntes. Na Companhia, deixou-se de recolher o PIS/COFINS sobre o ICMS desde jun/18; na Cecrisa, a partir de agosto de 2019; na Hydra e na Ceusa, além do não recolhimento corrente a partir de outubro de 2017 (Hydra) e junho de 2019 (Ceusa), foram reconhecidos contabilmente os períodos passados pertencentes à Companhia pelo trânsito em julgado das ações; e, na Duratex Florestal, a suspensão dos recolhimentos iniciou-se em junho de 2019 e foi reconhecido contabilmente, como recolhimento a maior, os valores dos últimos 5 anos, por conta de decisão judicial favorável proferida em 2011. Os valores de PIS/COFINS não recolhidos tiveram como base o ICMS faturado; contudo, foi reconhecida provisão das parcelas que superaram os limites impostos pela Solução COSIT nº 13/2018.

Nota 23 – Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social autorizado da Duratex S.A. é de 920.000.000 (novecentos e vinte milhões) de ações. O capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 1.970.189, representado por 691.784.501, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Ações em Tesouraria

	nº de ações	em MR\$
Saldo em 31.12.2019	2.051.716	23.051
Baixas no exercício	(828.018)	(9.307) (*)
Saldo em 31.12.2020	1.223.698	13.744

Preço das Ações			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última cotação
2,86	15,67	11,16	19,14

(*) Essas baixas referem-se às entregas de ações para o exercício das opções de ações por parte dos executivos da Companhia.

Baseado na última cotação de mercado em 30 de dezembro de 2020, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 23.422 (R\$ 34.305 em 30 de dezembro de 2019).

c) Reservas do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Reservas de Capital	357.423	352.083
Ágio na subscrição de ações	218.731	218.731
Incentivos fiscais	13.705	13.705
Anteriores à Lei 6.404	18.426	18.426
Opções Outorgadas a exercer	36.356	42.531
Opções Outorgadas vencidas	75.671	69.496
Opções Outorgadas a apropriar (Nota 31)	(6.829)	(10.806)
Incentivos de longo prazo (Nota 32)	1.363	-
Transações de capital com sócios	(18.731)	(18.731)
Outros Resultados Abrangentes	547.121	491.475
Reservas de Reavaliação	36.119	38.543
Ajuste de avaliação patrimonial	511.002	452.932
Reservas de Lucros	2.352.417	2.166.721
Legal	248.677	225.987
Estatutária	1.899.614	1.712.097
Dividendo adicional proposto	90.378	141.597
Incentivos fiscais artigo 195-A Lei 6.404/76	113.748	87.040
Ações em tesouraria	(13.744)	(23.051)

c.1) Movimentação das reservas de lucros

	Reserva legal	Incentivos fiscais artigo 195-A Lei 6.404/76	Reservas estatutárias			Dividendos adicionais propostos	Total
			Equalização de dividendos	Reforço do capital de giro	Aumento de capital de empresas participadas		
Saldo em 31/12/2018	205.709	81.566	523.144	482.368	576.745	-	1.869.532
Constituição	20.278	5.474	48.930	77.057	3.853	-	155.592
Dividendos excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	141.597	141.597
Saldo em 31/12/2019	225.987	87.040	572.074	559.425	580.598	141.597	2.166.721
Reversão após aprovação da AGO	-	-	-	-	-	(141.597)	(141.597)
Constituição	22.690	9.948	182.720	17.245	4.312	-	236.915
Incentivos fiscais anos anteriores	-	16.760	(16.760)	-	-	-	-
Dividendos excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	90.378	90.378
Saldo em 31/12/2020	248.677	113.748	738.034	576.670	584.910	90.378	2.352.417

c.2) Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Benefício pós-emprego	(12.234)	(15.703)
Equivalência patrimonial reflexa benefício pós-emprego	(6.942)	(10.519)
Equivalência patrimonial reflexa(*)	(121.052)	-
Ajustes de conversão	230.039	57.963
Outros	421.191	421.191
Total	511.002	452.932

(*) Equivalência patrimonial reflexa sobre operações de hedge da coligada LD Celulose S.A..

O valor apresentado na Reserva de Capital na rubrica de Ágio na Subscrição de Ações refere-se ao valor adicional pago pelos acionistas em relação ao valor nominal no momento da subscrição das ações.

Os valores relativos às Opções Outorgadas, nas Reservas de Capital, referem-se ao reconhecimento do prêmio das opções na data da outorga.

Conforme dispõe o Estatuto Social, o saldo destinado à Reserva Estatutária será utilizado para: (i) Reserva para Equalização de Dividendos; (ii) Reserva para Reforço de Capital de Giro; e (iii) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas:

Reserva para Equalização de Dividendos: Será limitada a 40% (quarenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (Artigo 29.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

(a) equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A.;

(b) equivalentes a até 100% (cem por cento) da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;

(c) equivalentes a até 100% (cem por cento) do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e

(d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (Artigo 29.1 do Estatuto Social).

Reserva para Reforço do Capital de Giro: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas: Será limitada a 30% (trinta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A..

Reservas de incentivos fiscais: A Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (Inciso I do caput do Artigo 202 desta Lei). (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007).

Os incentivos fiscais referem-se a: R\$ 68.004 (R\$ 44.408 em 2019) do PRODEPE – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, R\$ 14.895 (R\$ 13.772 em 2019) do FAIN – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba, R\$ 7.896 (R\$ 5.907 em 2019) da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e R\$ 22.953 (R\$ 22.953 em 2019) do FUNDOPEM - Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul.

d) Destinação do lucro líquido

O Conselho de Administração em reunião de 08 de fevereiro de 2021 aprovou as demonstrações financeiras e consequentemente a destinação do lucro líquido do exercício de 2020, que será submetida à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

Destinação do lucro líquido	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	453.812	405.564
(-) Reserva legal	(22.690)	(20.278)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(9.948)	(5.474)
(+) Realização da reserva de reavaliação	1.235	6.696
(-) Dividendos	(126.722)	(115.953)
= Lucros Acumulados	295.687	270.555
Venda de ações em tesouraria (stock options)	(579)	(872)
Equivalência patrimonial reflexa	(453)	1.754
Destinação para reservas de lucros:		
Equalização dos dividendos	(182.720)	(48.930)
Reforço de capital de giro	(17.245)	(77.057)
Aumento de capital em empresas participadas	(4.312)	(3.853)
Dividendo adicional proposto	(90.378)	(141.597)
= Lucros Acumulados após destinação	-	-

e) Dividendos (juros sobre o capital próprio)

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos, os valores pagos/creditados e o saldo a pagar:

Os dividendos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram calculados como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	453.812	405.564
(-) Reserva legal	(22.690)	(20.278)
(-) Incentivos fiscais	(9.948)	(5.474)
(+) Realização de reserva de reavaliação	1.235	6.696
Lucro líquido ajustado	422.409	386.508
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	126.722	115.953
O Conselho de Administração em reunião realizada em 08/12/2020 "ad referendum" da Assembleia Geral deliberou declarar juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0,3143821646 por ação que totaliza R\$ 217.100	217.100	257.550
JCP do resultado do exercício	149.085	136.415
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (15%)	(22.363)	(20.462)
JCP declarados, líquidos de Imposto de renda na fonte (IRRF)	126.722	115.953
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	90.378	141.597

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08/12/2020 "ad referendum" da Assembleia Geral deliberou declarar juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0,3143821646 por ação que totaliza R\$ 217.100.

Nota 24 – Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos dos bens do ativo imobilizado, florestas e estoques.

A Companhia também mantém em vigência, apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

Nota 25 – Receita líquida de vendas

A reconciliação da receita bruta de vendas para a receita líquida de vendas está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de vendas	5.326.394	4.698.207	7.309.622	6.210.937
Mercado interno	4.808.020	4.318.715	6.161.063	5.298.218
Mercado externo	518.374	379.492	1.148.559	912.719
Impostos e contribuições sobre vendas	(1.067.331)	(964.468)	(1.430.006)	(1.199.231)
Receita líquida de vendas	4.259.063	3.733.739	5.879.616	5.011.706

Nota 26 – Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	117.270	126.045
Variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	250.400	296.317	216.837	113.667
Matérias-primas e materiais de consumo	(2.346.634)	(2.148.916)	(2.712.411)	(2.224.518)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(669.928)	(664.965)	(993.527)	(928.565)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(255.284)	(271.484)	(582.387)	(683.787)
Despesas de transporte	(298.883)	(284.250)	(368.375)	(339.866)
Despesas de publicidade	(59.163)	(68.971)	(91.273)	(96.570)
Outras despesas	(455.067)	(487.383)	(632.958)	(615.111)
Total despesas por natureza	(3.834.559)	(3.629.652)	(5.046.824)	(4.648.705)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	117.270	126.045
Custo dos produtos vendidos	(3.092.872)	(2.944.155)	(4.145.066)	(3.843.607)
Despesas com vendas	(575.058)	(538.005)	(781.150)	(715.981)
Despesas gerais e administrativas	(166.629)	(147.492)	(237.878)	(215.162)
Total	(3.834.559)	(3.629.652)	(5.046.824)	(4.648.705)

Nota 27 – Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	22.312	25.806	31.575	44.465
Variação cambial	54.766	8.161	74.488	18.485
Atualizações monetárias	4.818	5.261	11.569	20.307
Juros e descontos obtidos	5.802	9.741	14.259	18.913
Outras	-	-	258	921
Total	87.698	48.969	132.149	103.091
Despesas financeiras				
Encargos sobre financiamentos - Moeda nacional	(103.624)	(118.057)	(134.038)	(189.060)
Encargos sobre financiamentos - Moeda estrangeira	-	(11.411)	(8.730)	(20.426)
Variação cambial	(11.850)	(2.441)	(35.097)	(8.883)
Atualizações monetárias	(2.944)	(4.853)	(16.237)	(8.872)
Operações com derivativos	(52.199)	(6.885)	(46.626)	(4.135)
Taxas bancárias	(3.117)	(2.749)	(7.137)	(6.124)
Imposto de operações financeiras	(764)	(111)	(988)	(616)
Juros sobre passivo de arrendamento	(787)	(765)	(4.444)	(2.323)
Outras	(6.320)	(1.908)	(15.990)	(23.082)
Total	(181.605)	(149.180)	(269.287)	(263.521)
Total do resultado financeiro	(93.907)	(100.211)	(137.138)	(160.430)

Nota 28 – Outros resultados operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Amortização de carteira de clientes	(25.937)	(24.707)	(26.100)	(25.893)
Amortização de mais valia de ativos	(4.499)	(7.953)	(9.411)	(7.953)
Participações, <i>Stock Option</i> e ILP	(24.348)	(21.692)	(24.348)	(21.692)
Atualizações dos créditos com plano de previdência complementar	(12.023)	13.770	(14.690)	14.275
Créditos Prodep - Reintegra	3.643	3.817	3.758	3.857
Resultado líquido com venda de fazendas da Duratex Florestal	-	-	5.754	266.650
ICMS na base do PIS e da COFINS	-	7.352	-	13.020
Rebates	5.306	-	5.306	-
Doações COVID19	(7.065)	-	(7.149)	-
Reestruturação Louças - São Leopoldo	-	(13.284)	-	(13.284)
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	(12.940)	(8.837)	(12.940)	(8.837)
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	4.738	80.205	3.522	73.176
Total resultados operacionais	(73.125)	28.671	(76.298)	293.319

Nota 29 – Vendas de fazendas

Em 2020 e 2019, a controlada Duratex Florestal Ltda., alienou fazendas (somente terras), localizadas nas regiões de Agudos-SP e Botucatu-SP, totalizando o valor de R\$ 5.754 em 2020 e 266.650 em 2019 líquido do custo da baixa, dos quais R\$ 3.866 foram recebidos até 31 de dezembro de 2020 e R\$ 250.436 até 31 de dezembro de 2019.

Essas fazendas eram distantes das unidades industriais e possuíam alto valor para outras atividades econômicas, dando continuidade ao plano médio/longo prazo da Companhia e de suas controladas de desmobilização de ativos não essenciais, iniciado em 2016.

A seguir os valores envolvidos na negociação:

	31/12/2020	31/12/2019
Valor das vendas das fazendas	6.630	310.784
(-) Custo das baixas	(876)	(44.134)
Resultados das vendas	5.754	266.650

Nota 30 – Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Demonstração da reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal e efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	461.274	341.260	534.745	479.011
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(156.833)	(116.028)	(181.813)	(162.864)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre adições e exclusões ao resultado	149.371	180.332	101.051	89.580
Juros sobre Capital Próprio	73.814	87.567	73.814	87.567
Resultado da Equivalência Patrimonial	74.914	110.257	(22.652)	-
Diferença de tributação de empresa controlada	-	(14.165)	13.679	(2.644)
Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	(4.400)	(3.005)	(4.400)	(3.005)
Outras adições e exclusões	5.043	(322)	40.610	7.662
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado do período	(7.462)	64.304	(80.762)	(73.284)
Resultado:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(21.013)	(3.716)	(104.525)	(159.612)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.551	68.020	23.763	86.328
Taxa efetiva %	-2%	19%	-15%	-15%

Nota 31 – Plano de opções de ações

Conforme previsão estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse Comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que hajam sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício a ser pago à Duratex será fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções, o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse Comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

	2013	2014	2016	2018	2019
Total de opções de ações outorgadas	1.561.061	1.966.869	1.002.550	1.046.595	1.976.673
Preço de exercício na data da outorga	14,45	11,44	5,74	9,02	9,80
Valor justo na data da outorga	6,54	4,48	4,00	5,19	5,17
Prazo limite para exercício	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos	8,8 anos	8,8 anos
Prazo de carência	3,9 anos	3,10 anos	3,9 anos	3,8 anos	3,7 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2013	2014	2016	2018	2019
Volatilidade do preço da ação	34,13%	28,41%	39,82%	38,09%	38,49%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	3,58%	6,39%	6,95%	4,67%	4,05%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%

A Companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Nos anos de 2015, 2017 e 2020 não houve outorgas de opção de ações da Companhia.

(1) cupom IGP-M

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data	Qtz	Data	Prazo para	Preço	Saldo a Exercer		Preço	Valor	Competência						Demais
Outorga	Outorgada	da carência	Vencimento	Outorga	31/12/2019	31/12/2020	Opção	Total	Vencidas	2013 a 2016	2017	2018	2019	2020	Períodos
Vencidas em anos anteriores					-	-	-	-	71.918	-	-	-	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	31/12/2020	10,21	581.774	-	-	-	6.390	-	-	-	-	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	31/12/2021	14,45	897.255	566.965	6,54	8.443	-	8.443	-	-	-	-	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	31/12/2022	11,44	1.648.223	1.091.511	4,48	8.214	-	6.534	1.680	-	-	-	-
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	31/12/2024	5,74	637.100	148.700	4,00	5.492	-	1.251	1.515	1.458	1.268	-	-
26/04/2018	1.046.595	31/12/2021	31/12/2026	9,02	792.653	780.671	5,19	5.381	-	-	-	999	1.620	1.381	1.381
13/05/2019	1.976.673	31/12/2022	31/12/2027	9,80	1.976.673	1.976.673	5,17	10.412	-	-	-	-	1.787	2.811	5.814
Soma	8.844.742				6.533.678	4.564.520		37.942	78.308	16.228	3.195	2.457	4.675	4.192	7.195
Efetividade de exercício								94,90%	96,63%	96,63%	96,63%	94,90%	94,90%	94,90%	94,90%
Valor apurado								36.356	75.671	15.679 (1)	3.088 (2)	2.337 (3)	4.446 (4)	3.977 (5)	6.829 (6)

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2013 a 2016;

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2017;

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2018;

(4) Valor contabilizado contra o resultado em 2019;

(5) Valor contabilizado contra o resultado em 2020;

(6) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos períodos futuros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 1.223.698 ações, em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Nota 32 – Plano de incentivo de Longo Prazo

Em 30 de abril de 2020, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia e de suas controladas (Plano ILP). O ILP tem por finalidade: i) estimular o compromisso dos executivos da Duratex no longo prazo, de forma a incentivar que busquem o êxito em todas as suas atividades e a consecução dos objetivos da Companhia; ii) atrair e reter os melhores profissionais oferecendo incentivos que se alinhem com o crescimento contínuo da Companhia; e iii) proporcionar a Companhia, no que se refere a remuneração variável, diferencial competitivo em relação ao mercado.

Critério do Plano de ILP

a) *Performance shares*

No âmbito do Plano *Performance*, serão transferidas ações de emissão da Duratex aos participantes em caso de atingimento da meta de performance, com base no planejamento estratégico da Duratex para o período de 5 (cinco) anos.

A meta de *Performance* será definida pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação da Duratex anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração.

Para o recebimento das ações, deverá ser observado o período de carência de 5 (cinco) anos e a permanência do participante na Duratex. A quantidade de ações terá como referência de preço a média dos últimos 30 pregões.

Em caso de desligamento sem justa causa ou não recondução ao cargo, a partir do 37º mês, o participante receberá, ao final do período de 5 anos, ações em quantidade proporcional ao período trabalhado. Ocorrendo o desligamento voluntário, o participante perderá o direito às ações independentemente do período transcorrido.

O Plano de *Performance* será aplicável somente a diretores não empregados (“diretores estatutários”).

b) *Matching*

A Duratex convidará o beneficiário a investir percentual do seu ICP (incentivo de curto prazo) líquido recebido, comprando ações da Companhia.

O *matching* das ações será efetuado na forma a seguir descrita:

(i) ao completar 4 anos de investimento a Duratex procederá a transferência de 50% das ações ao Beneficiário e somente as ações transferidas poderão ser comercializadas pelo beneficiário; e

(ii) ao completar 5 anos de investimento, a Duratex concluirá a integralidade do aporte de 100% do *matching* através da transferência dos 50% restante das ações ao beneficiário.

Para ter direito ao *matching* completo, o beneficiário não poderá comercializar as ações compradas por ele no momento do investimento até que se complete a carência de 5 anos, ou seja, caso o beneficiário venda as ações antes do prazo de 5 (cinco) anos, perderá o direito ao *matching*.

A transferência está condicionada à permanência do beneficiário na Duratex e à manutenção do investimento efetivado com a compra das ações.

Em caso de desligamento sem justa causa ou não recondução ao cargo, a partir do 13º mês da concessão, o participante terá direito ao *matching pro rata temporis* a ser quitado ao final de 5 anos. Ocorrendo o desligamento voluntário o Beneficiário perderá o direito ao *matching*.

O Plano de Matching será aplicável somente a diretores não empregados (“diretores estatutários”).

c) *Ações Restritas*

Serão transferidas ações da Duratex aos seus colaboradores, sem custo, desde que atendidos todos os termos e condições aqui previstos.

O Conselho de Administração, concederá, de forma discricionária, ações aos participantes que no período de um ano tiver em performance diferenciada e gerarem alto impacto para o negócio da Duratex.

A referida outorga obedecerá: (i) critérios de formação de *pool* elegível; (ii) banco de talentos; (iii) desempenho consistente nas metas individuais; e (iv) avaliação de potencial.

As ações serão transferidas após o prazo de 3 (três) anos da concessão.

Em caso de desligamento sem justa causa, a partir do 13º mês da concessão, o participante terá direito ao *matching pro rata temporis* a ser quitado ao final do 3º ano. Ocorrendo o desligamento voluntário, o participante perderá o direito às ações independentemente do período transcorrido.

Essa modalidade de Plano será aplicável aos colaboradores – empregados (“colaboradores”), admitidos sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”).

Condição e limite anual para outorga de ações

Só haverá outorga de ações com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas.

A quantidade total de ações a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite máximo de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas majoritários e minoritários possuem na data do balanço de encerramento do exercício anterior.

Segue abaixo quadro demonstrativo:

	Controladora e Consolidado
	31/12/2020
Plano de incentivo de longo prazo - Performance	64
Plano de incentivo de longo prazo - Matching	163
Plano de incentivo de longo prazo - Ações restritas	93
Total passivo	320
Plano de incentivo de longo prazo - Performance	317
Plano de incentivo de longo prazo - Matching	820
Plano de incentivo de longo prazo - Ações restritas	226
Total patrimônio líquido	1.363
Plano de incentivo de longo prazo - Performance	381
Plano de incentivo de longo prazo - Matching	983
Plano de incentivo de longo prazo - Ações restritas	319
Total apropriado no resultado do exercício	1.683

Nota 33 – Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial, entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Contribuição Definida (Plano CD) e um Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Plano de contribuição definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os funcionários elegíveis ao plano e contava em 31 de dezembro de 2020, com 5.407 participantes (5.714 em 31 de dezembro 2019).

No Plano CD-PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes. O regulamento vigente prevê a contribuição das patrocinadoras com percentual entre 50% e 100% do montante aportado pelos funcionários.

Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o Fundo Programa Previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelos atuários, utilizando-se o percentual médio de contribuição normal das patrocinadoras, totalizou, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 95.674 (R\$ 110.364 em 31 de dezembro de 2019). A redução de R\$ 14.690 foi reconhecida no resultado na rubrica “Outros resultados operacionais, líquidos”. A seguir apresentamos a conciliação dos valores reconhecidos na demonstração financeira:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações atuariais	(997.280)	(982.909)
Valor justo dos ativos	1.567.374	1.540.999
Ativo calculado	570.094	558.090
Restrição do Ativo devido ao Limite	(474.420)	(447.726)
Ativo a ser reconhecido nas demonstrações financeiras	95.674	110.364

Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em dezembro de 2019 conforme nota nº 8 a PREVIC, aprovou a destinação de reserva especial do Plano de Benefício Definido – BD, com reversão de valores às patrocinadoras no montante de R\$ 8.419, (R\$ 5.556 líquido dos efeitos tributários). Esse montante será recebido de acordo com a Resolução CGPC nº 30 de outubro de 2018.

Em outubro de 2020 conforme portaria 670 da PREVIC, aprovou a destinação de reserva especial do Plano de Benefício Definido – BD, com reversão de valores às patrocinadoras no montante de R\$ 6.505, (R\$ 4.293 líquido dos efeitos tributários). Esse montante será recebido de acordo com a Resolução CGPC nº 30 de outubro de 2018.

Esses montantes serão reconhecidos em 36 parcelas de acordo com a Resolução CGPC nº 30, de outubro de 2018, o valor a receber em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 12.398 (R\$ 8.419 em 31 de dezembro de 2019), conforme nota explicativa nº 8.

Abaixo apresentamos a posição em 31 de dezembro de 2020:

Ativos e Passivos a serem reconhecidos no Balanço	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações atuariais	(68.403)	(79.495)
Valor justo dos ativos	111.488	118.038
(Passivo) / Ativo calculado com base no CPC 33 R1/IAS 19	43.085	38.543
Superávit irrecuperável no final do exercício	(30.589)	(23.813)
Ativo líquido de benefício definido (Passivo)	12.496	14.730

Premissas atuariais

Hipóteses Econômicas	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto	7,62%	6,99%
Taxa de inflação	3,50%	3,80%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,80%
Crescimento dos benefícios	3,50%	3,80%
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses Econômicas	31/12/2020	31/12/2019
Tábua de mortalidade	AT - 2000 - desagravada em 10%	AT - 2000 - desagravada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944 - desagravada em 70%	RRB 1944 - desagravada em 70%
Tábua de rotatividade	Atuário especialista	Atuário especialista
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participação ativos casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Método atuarial	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado

Nota 34 – Plano assistência médica - “Pós-emprego”

a) Plano assistência médica “Pós-emprego”

A Companhia oferece planos que foram contributários, atualmente com co-participação aos seus colaboradores e respectivos dependentes, restando ainda como plano contributário o centro de distribuição de Tubarão-SC. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, 10 e 09 operadoras de saúde totalizavam 24.889 e 21.973 vidas respectivamente (ativos, demitidos, aposentados e dependentes), caracterizando a obrigação de extensão de cobertura para demitidos e aposentados conforme a Lei 9.656/98.

A Companhia contratou consultoria especializada para realização da avaliação atuarial dos passivos posicionados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e elaboração do relatório de contabilização CPC 33 (R1) – CVM 695.

As hipóteses e o método atuarial utilizado nesta avaliação estão em conformidade com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos, com a legislação local e com o CPC 33 (R1).

A avaliação atuarial utilizou o método do crédito unitário projetado para determinar o passivo e o custo normal. A taxa de desconto utilizada é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro. Considerando a duração do passivo do plano avaliado, a taxa de desconto apurada foi de 4,30% a.a. para 2020 e 3,45% a.a. para 2019, ambos líquidos de inflação. Quando adicionado da taxa de inflação esperada de longo prazo, de 3,50% a.a. para 2020 e 3,80% a.a. para 2019, temos uma taxa de desconto nominal de 7,95% a.a. e 7,38% a.a. respectivamente.

Hipóteses Financeiras

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto	7,95% a.a. (4,30% real a.a.)	7,38% a.a. (3,45% real a.a.)
Taxa de retorno dos investimentos	7,95% a.a. (4,30% real a.a.)	7,38% a.a. (3,45% real a.a.)
Inflação médica	Inflação médica decrescendo 0,5% a.a. de 10% a 4,5% a.a. nominal (Inflação médica real decrescendo 0,5% a.a. de 6,5% a.a. a 1% a.a. real)	Inflação médica decrescendo 0,5% a.a. de 11% a 5% a.a. (Inflação médica real decrescendo 0,5% a.a. de 7% a.a. a 1% a.a.)
Fator de envelhecimento	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	3,50% a.a.	3,80% a.a.

Hipóteses Biométricas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Tábua de mortalidade geral	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de entrada invalidez	RRB-1944 desagradada em 70% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983
Rotatividade	Baseado no salário e tempo de serviço (TS): De 0 – 10 S.M.: 0,60 / (TS+1); De 10 – 20 S.M.: 0,45 / (TS+1); Acima de 20 S.M.: 0,30 / (TS+1); S.M.= Salário mínimo
Probabilidade de aposentadoria	100% aos 55 anos
Taxa de adesão na aposentadoria	51% 2020 e 51% 2019
Composição familiar futuros aposentados	95% de casados, esposa 4 anos mais jovem
Composição familiar aposentados e pensionistas	Grupo familiar informado

Reconciliação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo atuarial líquido no início do exercício	33.783	11.984	52.078	11.984
Aquisição de controlada - Cecrisa	-	-	-	8.391
Efeito no resultado do exercício	(1.572)	1.265	(5.658)	1.762
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(5.256)	20.534	(10.676)	29.941
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	26.955	33.783	35.744	52.078

Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo do serviço corrente	46	163	637	399
Juros sobre as obrigações	3.159	1.102	3.843	1.363
Custo do serviço passado e redução	(4.777)	-	(10.054)	-
Benefícios pagos	-	-	(84)	-
Total reconhecido no resultado	(1.572)	1.265	(5.658)	1.762

Análise de sensibilidade das hipóteses

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Inflação médica				
+ 1,0%	(7.205)	(14.382)	(8.379)	(17.976)
- 1,0%	9.217	6.416	10.857	9.244
Taxa de desconto				
+ 0,25%	1.796	2.443	2.136	3.047
- 0,25%	(2.034)	(2.678)	(2.347)	(3.252)

b) Plano assistência médica funcionários afastados

A Companhia oferece benefício de plano de saúde para empregados afastados. Neste contexto, a Companhia contratou especialistas atuariais para realização da avaliação atuarial dos passivos posicionados em 31 de dezembro de 2020 de acordo com CPC 33 (R1) – CVM 695.

As hipóteses e o método atuarial utilizado nesta avaliação estão em conformidade com os princípios e práticas atuariais geralmente aceitos, com a legislação local e com o CPC 33 (R1).

A avaliação atuarial utilizou o método do crédito unitário projetado para determinar o passivo e o custo normal. A taxa de desconto utilizada é baseada em títulos disponíveis no mercado brasileiro. Considerando a duração do passivo do plano avaliado, a taxa de desconto apurada foi de 3,47% a.a. para 2020 e 3,45% a.a. para 2019, líquidas de inflação. Quando adicionado da taxa de inflação esperada de longo prazo, de 3,50% a.a. para 2020 e 3,80% a.a. para 2019, temos uma taxa de desconto nominal de 7,09% a.a. para 2020 e 7,38% a.a. para 2019.

Hipóteses Financeiras

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto	7,09% a.a. (3,47% real a.a.)	7,38% a.a. (3,45% real a.a.)
Taxa de retorno dos investimentos	7,09% a.a. (3,47% real a.a.)	7,38% a.a. (3,45% real a.a.)
Taxa inflação de longo prazo	3,50% a.a.	3,80% a.a.
Inflação médica	Inflação médica decrescendo 0,5% a.a. de 10% a 4,5% a.a. nominal (Inflação médica real decrescendo 0,5% a.a. de 6,5% a.a. a 1% a.a. real)	Inflação médica decrescendo 0,5% a.a. de 11% a 5% a.a. (Inflação médica real decrescendo 0,5% a.a. de 7% a.a. a 1% a.a.)
Fator de envelhecimento	3,00% a.a.	3,00% a.a.

Hipóteses Biométricas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Tábua de mortalidade geral	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de entrada invalidez	RRB-1944 desagregada em 70% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1983
<hr/>	
	Até 1 ano: 85%
	Entre 1 e 2 anos: 9%
	Entre 2 e 3 anos: 2%
	Entre 3 e 4 anos: 1%
	Acima de 4 anos: 0%
<hr/>	
	Idade menor que 60 anos:
	100% aos 60 anos
	Idade maior ou igual a 60 anos:
	(Idade+2) anos de afastamento
<hr/>	
Composição familiar aposentados e pensionistas	Grupo familiar informado

Reconciliação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo atuarial líquido no início do exercício	11.748	17.738	19.655	17.738
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(5.966)	1.529	(5.303)	1.559
Aquisição Cecrisa	-	-	-	975
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	-	(7.519)	-	(617)
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	5.782	11.748	14.352	19.655

Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo do serviço corrente	-	-	-	-
Juros sobre as obrigações	1.337	1.529	1.337	1.559
Ganho/perda	(6.394)	-	(5.516)	-
Benefícios pagos	(909)	-	(1.124)	-
Total reconhecido no resultado	(5.966)	1.529	(5.303)	1.559

Análise de sensibilidade das hipóteses

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Inflação médica				
+ 1,0%	(1.018)	(1.584)	(1.170)	(1.658)
- 1,0%	1.166	1.316	1.345	1.377
Taxa de desconto				
+ 0,25%	268	464	309	486
- 0,25%	(258)	(484)	(298)	(507)

Nota 35 – Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia como ações em tesouraria.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	453.812	405.564
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	691.785	691.785
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(1.563)	(2.153)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	690.222	689.632
Lucro básico por ação	0,6575	0,5881

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, ajustadas pelo programa de *Stock Options*.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	453.812	405.564
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	691.785	691.785
Opções de compra de ações	4.565	6.534
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(1.563)	(2.153)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação e opções de compra de ações (em milhares)	694.787	696.166
Lucro diluído por ação	0,6532	0,5826

Nota 36 – Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria.

A Diretoria efetua sua análise do negócio baseado nos segmentos: Divisão Madeira, Deca, Revestimentos Cerâmicos e Celulose Solúvel. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. Não ocorrem vendas entre os segmentos.

	31/12/2020					31/12/2019				
	Madeira	Deca	Revestimentos Cerâmicos	Celulose solúvel	Consolidado	Madeira	Deca	Revestimentos Cerâmicos	Consolidado	
Receita Líquida de vendas	3.251.027	1.717.650	910.939	-	5.879.616	2.933.804	1.578.093	499.809	5.011.706	
Mercado interno	2.384.037	1.617.243	820.596	-	4.821.876	2.215.625	1.497.357	465.337	4.178.319	
Mercado externo	866.990	100.407	90.343	-	1.057.740	718.179	80.736	34.472	833.387	
Variação do valor justo dos ativos biológicos	117.270	-	-	-	117.270	126.045	-	-	126.045	
Custo dos produtos vendidos	(1.939.935)	(1.074.995)	(571.816)	-	(3.586.746)	(1.810.428)	(1.045.375)	(318.677)	(3.174.480)	
Depreciação, amortização e exaustão	(327.199)	(91.679)	(35.075)	-	(453.953)	(382.448)	(100.061)	(15.921)	(498.430)	
Exaustão do ajuste do ativo biológico	(104.367)	-	-	-	(104.367)	(170.697)	-	-	(170.697)	
Lucro Bruto	996.796	550.976	304.048	-	1.851.820	696.276	432.657	165.211	1.294.144	
Despesas com vendas	(420.877)	(239.172)	(121.101)	-	(781.150)	(380.769)	(243.349)	(91.863)	(715.981)	
Despesas gerais e administrativas	(106.221)	(102.706)	(25.244)	(3.707)	(237.878)	(101.336)	(90.243)	(23.583)	(215.162)	
Honorários da administração	(10.189)	(6.345)	(1.453)	-	(17.987)	(9.598)	(6.026)	(1.255)	(16.879)	
Outros resultados operacionais, líquidos	(30.872)	(33.840)	(11.128)	(458)	(76.298)	333.900	(35.762)	(4.819)	293.319	
Resultado de equivalência patrimonial	(727)	(475)	-	(65.422)	(66.624)	-	-	-	-	
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	427.910	168.438	145.122	(69.587)	671.883	538.473	57.277	43.691	639.441	

Estes segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão pela Diretoria da Companhia. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota 2.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

Nota 37 – Eventos subsequentes

a) Incorporação da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. pela controlada Cerâmica Urussanga S.A.

Em 01 de janeiro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Cerâmica Urussanga S.A., a incorporação da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A., com o objetivo de reorganização administrativa, operacional, financeira e jurídica dos negócios das Partes, que visam uma redistribuição de seus ativos, passivos e projetos, de maneira a otimizar a sua estrutura de capital e de gestão e, ao mesmo tempo, permitir a realocação de tais ativos e passivos com maior eficiência.

b) Aprovação de dividendo adicional

Em 08 de fevereiro de 2021, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendo adicional no montante de R\$ 300.000.